



PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2017**ÍNDICE****I- RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. ENQUADRAMENTO.....	R 003
2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	R 004
3. RECURSOS HUMANOS	R 007
4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	R 013
5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	R 027
5.1 Componente economica	R 027
5.2 Componente financeira	R 027
5.3 Indicadores e ratios financeiros	R 036
6. FUNDOS DISPONÍVEIS.....	R 039
7. PAGAMENTOS EM ATRASO	R 040
8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	R 040
9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	R 041
10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	R 043
11. CONCLUSÃO.....	R 044

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Ótica Orçamental**

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	DFO 002
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	DFO 007
EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DFO 011
EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES	DFO 021
FLUXOS DE CAIXA.....	DFO 032
CONTAS DE ORDEM	DFO 041
DESCONTOS E RETENÇÕES	DFO 043
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DFO 050
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	DFO 052
MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – RECEITA	DFO 057

MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – DESPESA	DFO 063
MODIFICAÇÕES DO PPI	DFO 071
CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	DFO 076
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA	DFO 098
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA	DFO 101
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA	DFO 103
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA	DFO 105
ATIVOS DE RENDIMENTO FIXO / VARIÁVEL	DFO 107
ENDIVIDAMENTO – EMPRÉSTIMOS	DFO 109
ENDIVIDAMENTO – OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DFO 111

Ótica Patrimonial

BALANÇO	DFP 002
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	DFP 005
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	DFP 007

III - OUTROS DOCUMENTOS

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA	OD 002
SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	OD 005
RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES	OD 007
RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS	OD 009
RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA..	OD 012
MAPA DAS PARTICIPAÇÕES	OD 018
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	OD 021
DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO	OD 023
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO	OD 025
RELATORIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL	OD 028
RELATORIO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS	OD 045
OUTROS DOCUMENTOS	OD 064

IV- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

1. ENQUADRAMENTO

O relatório de gestão é um documento integrante da prestação de contas que visa retratar o desempenho orçamental contabilístico relativamente ao ano de 2017. É um documento que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico e financeiro da entidade.

Este relatório de gestão inclui o enquadramento legal e económico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do executivo municipal, em que é dada a conhecer a atividade desenvolvida, a situação económica do Município, a execução orçamental e as atividades desenvolvidas no ano de 2017.

1.1. Enquadramento legal

O presente relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de setembro, com as respetivas alterações e a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 6/2013, de 21 de novembro.

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2017, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

1.2. Enquadramento económico

O crescimento económico é um excelente indicador do estágio de uma economia, uma vez que, é através dele que se avalia a conjuntura económico-financeira de um país, instituição ou empresa. Esta aferição é efetuada através de diversas variáveis de modo a podermos definir com exatidão o estado da economia e quais as opções para que a mesma possa melhorar o seu desempenho.

A economia mundial depara-se com graves constrangimentos no seu crescimento e prosperidade, atravessando uma crise económica que contagia todas as economias do globo, desde as mais débeis às até então julgadas incontestáveis.

A atual situação económica carece de eficiência e de uma melhor rentabilização do seu capital. Necessita por isso que os mecanismos de mercado, em especial das economias mais possantes repensem o seu funcionamento e reafectem os seus recursos por forma a obterem um ganho de

eficiência, gerando desenvolvimento e crescimento económico e sustentável, aumentando a produtividade e melhorando a utilização do capital.

Hoje em dia, os Municípios portugueses estão sujeitos a uma forte pressão devido a várias restrições orçamentais que por vezes não permitem controlar a despesa pública de uma forma mais segura. O atual crescimento das necessidades e dos gastos, normalmente não é acompanhado pelo crescimento dos recursos municipais disponíveis, pelo que, muitas das vezes é difícil satisfazer essas mesmas necessidades. Neste sentido é importante avaliar a situação e tentar encontrar instrumentos que permitam controlar melhor os recursos, diminuir os gastos desnecessários e aumentar, assim, os níveis de eficácia e de eficiência municipal e a qualidade dos serviços prestados.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), deu-se início à reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica. O POCAL visa a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade moderna, por forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.

A economia Portuguesa e dos países da zona euro apresentam um quadro de crescimento face aos anos anteriores.

Na atividade económica e consumo privado em Portugal tem-se assistido a uma melhoria desde o ano de 2013. O indicador de sentimento de confiança económica em Portugal tem vindo a melhorar desde 2016 o que pode explicar em grande parte o aumento do consumo.

Ao nível do setor público, para correção dos desequilíbrios financeiros, existe a necessidade de manter o processo de consolidação orçamental e, contrariando a tendência da administração central, a administração regional e local tem vindo a diminuir a sua dívida e respetivos rácios de endividamento.

Na dívida pública tem-se assistido a um aumento galopante, mas, no entanto, parece que este aumento tem tendência a estabilizar e possivelmente a diminuir, dadas as restrições orçamentais e compromissos assumidos pelo país.

Apesar de uma melhoria na economia, a situação económica em Portugal nos próximos tempos deverá continuar a estar dependente das restrições orçamentais de financiamento a que está sujeito.

2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município da Chamusca é suportada pela existência de 2 estruturas fundamentais - estrutura política e estrutura administrativa.

2.1. ESTRUTURA POLÍTICA

A Gestão Municipal de 2017 correspondeu ao mandato autárquico resultante das eleições de 01 de outubro de 2017, os membros dos órgãos municipais Câmara e Assembleia, tomaram posse no dia 14 de outubro de 2017. A 31 de dezembro de 2017, os órgãos autárquicos tinham a seguinte composição:

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eleitos

Joaquim José Duarte Garrido - *Presidente da Assembleia Municipal [PS]*

Maria Inês Fernandes Ribeiro - *1º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca [PS]*

António José Tomaz Moreira - *2º Secretário da Assembleia Municipal de Chamusca [PS]*

José Joaquim de Jesus Braz *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Maria Manuela Luz Marques *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Nuno Jorge Lino Mira *[PS]*

Celina Raquel Bacalhau de Moura *[PS]*

Rui Miguel Oliveira da Cruz *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Manuel Tiago Neto Pestana Prestes *[PPD/PSD.CDS-PP.MPT-Coligação "Chamusca é o Meu Partido"]*

Pedro Miguel Martins Braz *[PS]*

Carla Virgínia Cipriano dos Santos *[PS]*

Ana Cristina Frazão da Costa *[CDU-Coligação Democrática Unitária-PCP/PEV]*

Tiago Miguel de Vasconcelos Fontes Barbosa *[PS]*

Silvina Maria Frias Fernandes *[PPD/PSD.CDS-PP.MPT-Coligação "Chamusca é o Meu Partido"]*

Por inerência – Presidentes de Junta de Freguesia

Joel Nunes Marques *[Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira - PS]*

Rui Miguel Azevedo Martinho *[Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande - PPD/PSD.CDS-PP.MPT-Coligação "Chamusca é o Meu Partido"]*

Bruno Miguel Marques de Oliveira *[Presidente da União de Freguesias de Parreira e Chouto - PS]*

Mário João Amaro Ferreira *[Presidente da Junta de Freguesia de Ulme - PS]*

José Lourenço Vieira Trindade *[Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos - PS]*

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 presidente, 1 vice-presidente e 3 vereadores. A sua composição é a seguinte:

Mandato 2013-2017

Dr. Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, *Presidente*

Cláudia Patrícia Alves Moreira, *Vice-presidente*

Francisco Manuel Petisca Matias, *Vereador com regime de permanência a tempo inteiro*

Aurelina Maria Garrido Conde Andrade Rufino, *Vereadora sem regime de permanência*

Maria Manuela Luz Marques e Cláudia Patrícia Alves Moreira, *Vereadora sem regime de permanência*

Mandato 2017-2021 (tomada de posse a 14.10.2017)

Dr. Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – *Presidente*

Dra. Cláudia Patrícia Alves Moreira, *Vice-presidente*

Rui Filipe Rodrigues Ferreira, *Vereador com regime de permanência a tempo inteiro*

Gisela Maria Azevedo Trincão Matias, *Vereadora sem regime de permanência*

Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, *Vereador sem regime de permanência*

CÂMARA MUNICIPAL		
INSCRITOS	8160	
VOTANTES	5161	
BRANCOS	124	
NULOS	125	
ABSTENÇÃO	36,75%	

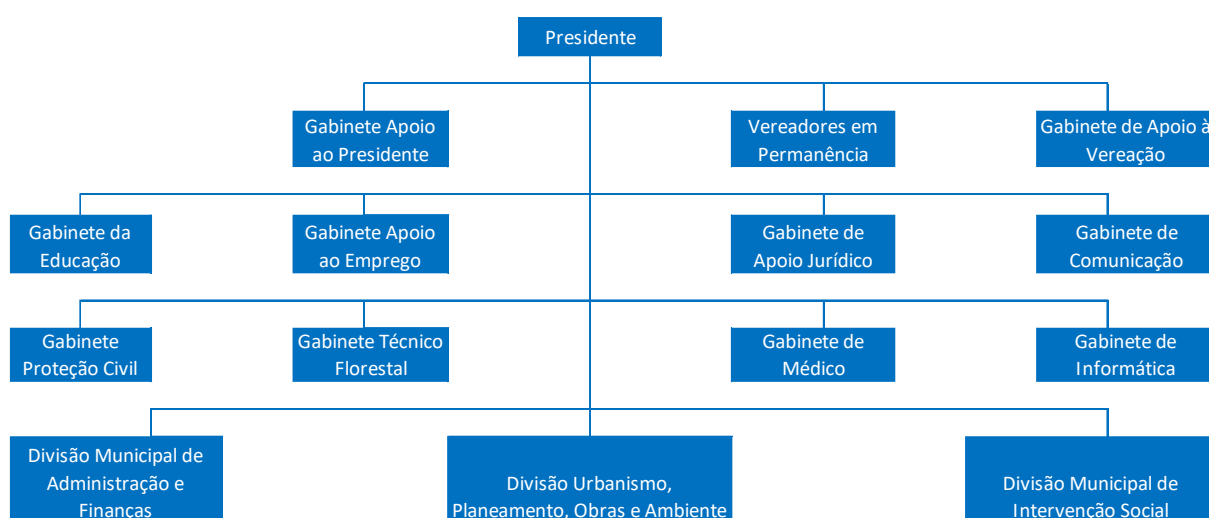
		Mandatos
PCP-PEV	24,16%	1
PPD/PSD.CDS-PP.MPT	16,92%	1
PS	54,10%	3

2.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Para o exercício das suas atribuições e competências, o Município dispõe das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- a) Gabinete da Educação;
- b) Gabinete Apoio ao Emprego;
- c) Gabinete de Apoio Jurídico;
- d) Gabinete de Comunicação;
- e) Gabinete Proteção Civil;
- f) Gabinete Técnico Florestal;
- g) Gabinete de Médico Veterinário;
- h) Gabinete de Informática;
- i) Divisão Municipal de Administração e Finanças;
- j) Divisão Urbanismo, Planeamento, Obras e Ambiente;
- k) Divisão Municipal de Intervenção Social.

A representação gráfica da estrutura pode ver-se no organograma seguinte:



3. RECURSOS HUMANOS

O balanço social é um instrumento privilegiado de planeamento e gestão de recursos humanos, e está incluído no respetivo ciclo anual de gestão. Deve ser elaborado anualmente no primeiro trimestre, com referência a 31 de dezembro do ano imediatamente anterior. Trata-se de um documento único, onde, de forma sistematizada, se recolhem, tratam e interpretam, quantitativa e qualitativamente, os dados referentes à realidade dos recursos humanos de cada organização.

A obrigatoriedade de elaboração do balanço social, nos serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 outubro, com base nas informações relevantes para a gestão, observadas com a sua aplicação ao longo dos anos, nas empresas privadas.

O seu conteúdo retrospectivo, acrescido de indicadores, quadros e gráficos, é essencial para uma análise global e precisa da situação dos Recursos Humanos da autarquia, permitindo assim uma visão pormenorizada da realidade de cada área analisada. Permite também traçar uma política de gestão de recursos humanos, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho, a segurança, a formação, etc.

De seguida apresenta-se um resumo dos principais elementos que constam no balanço social comparando o ano de 2017 com o de 2016.

3.1. Relação jurídica de emprego

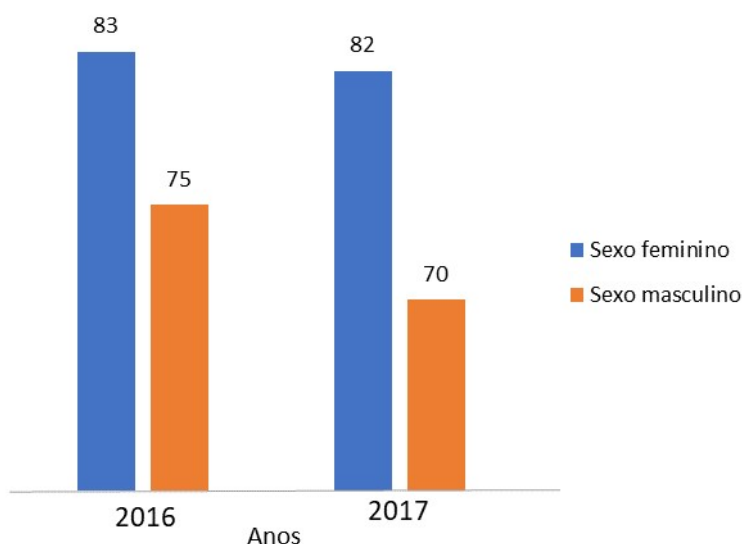
Evolução do efetivo por tipo de vínculo

Este gráfico reflete o número total de trabalhadores existentes a 31 de dezembro dos anos em análise.



No ano de 2017 houve um decréscimo de pessoal que se situa nos 3,8%, relativamente ao ano de 2016. Esta diminuição ficou a dever-se a situações como falecimento e a resolução ou exoneração por iniciativa do empregador.

A distribuição dos funcionários de acordo por género nos anos de 2016 e 2017 foi a seguinte:



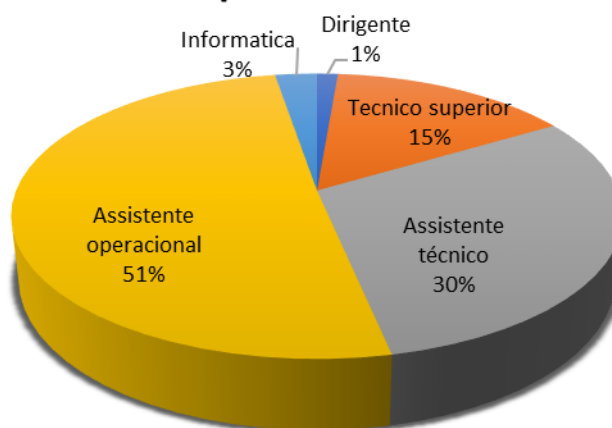
Podemos então concluir que, a diminuição do efetivo municipal, no ano de 2017 relativamente ao ano anterior, foi repartida pelos dois géneros, sendo que no sexo masculino registou-se uma diminuição de cinco trabalhadores, e no sexo feminino registou-se uma diminuição de uma trabalhadora.

Estrutura profissional

Em 1 de Janeiro de 2009 entrou em vigor nova legislação sobre regime de carreiras, aprovada pela Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro que definiu e regulou os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Passaram a existir as carreiras gerais de técnico superior que integrou os grupos de pessoal técnico superior e técnico, de assistente técnico onde ficaram inseridos os grupos de pessoal administrativo e os técnico-profissional e de assistente operacional para onde transitaram os grupos de pessoal operário e auxiliar. Ficaram, ainda por enquadrar as carreiras de informática e de fiscal municipal, que até ao fim do ano de 2017 não foram alvo de qualquer revisão de carreiras.

De acordo com estas carreiras, a estrutura profissional do Município está assim desenhada, conforme gráfico.

Estrutura profissional em 2017

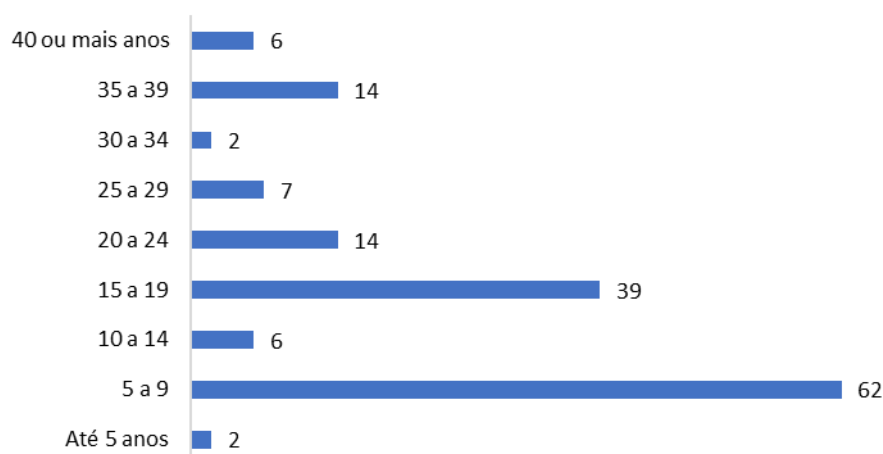


A carreira com menos expressão no total do efetivo municipal é a de Dirigente seguida pela de Informática. A carreira de assistente operacional é dominante, correspondendo a mais de metade dos trabalhadores da autarquia (51,00%), seguida da carreira de assistente técnico (30,00%) e a de técnico superior (15,00%).

Estrutura do pessoal por antiguidade

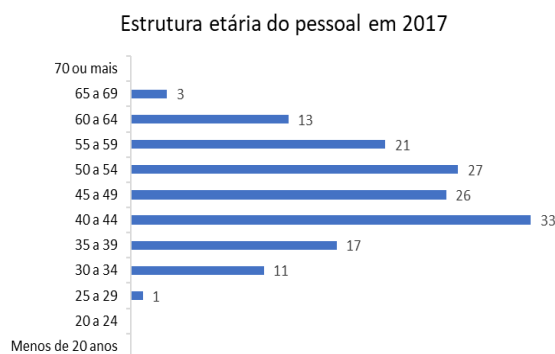
No que se refere à antiguidade do pessoal, podemos verificar no gráfico seguinte, os escalões que se encontram mais representados são os de cinco a nove anos com 62 trabalhadores seguido pelo escalão dos quinze a dezanove anos, com trinta e nove trabalhadores.

Antiguidade dos trabalhadores no ano de 2017



Estrutura etária do pessoal

Da distribuição dos trabalhadores pelos escalões etários, podemos verificar que o escalão que enquadra mais trabalhadores é o de 40 a 44 anos (33 trabalhadores). A população mais jovem, que se enquadra nos três primeiros escalões etários (até 29 anos) representa apenas 1 trabalhador do Município (1,80%), sendo que nos últimos dois escalões etários mais elevados se encontram 16 trabalhadores municipais.



Estrutura habitacional do pessoal

Como já foi referido anteriormente, o efetivo municipal está distribuído, na sua maioria, pela carreira de assistente operacional em que as habilitações académicas necessárias para o ingresso são a escolaridade mínima obrigatória de acordo com a idade: 4.ª Classe para os nascidos até 31 de Dezembro de 1966; o 6.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967 e até 31 de Dezembro de 1980, e o 9.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1981 e até 31 de dezembro de 1994 e o 12.º a partir de 1 de janeiro de 1995.

Com o nível de escolaridade até ao 9.º ano de escolaridade, no Município da Chamusca existem 42,2 % dos trabalhadores, e com menos de 4 anos de escolaridade 0,7% dos trabalhadores.

Apenas 19,1% dos trabalhadores possui habilitações de grau académico superior: 2 bacharelatos, 24 licenciaturas e 3 mestrados.



3.2. Mobilidade

Entradas e saídas

Verifica-se que a resolução ou exoneração por iniciativa do empregador resultou na saída de 4 trabalhadores da autarquia e que houve uma saída por falecimento.

Saídas de trabalhadores em 2017



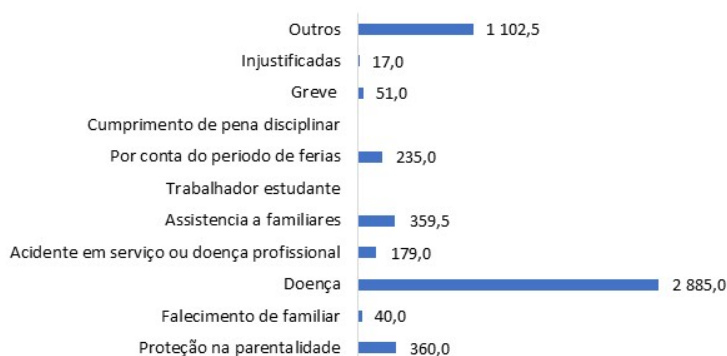
Recrutamento

No ano de 2017 verificou-se a abertura de um procedimento concursal para o recrutamento de 16 trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira de Assistente Operacional, que no final do ano ainda não se encontrava concluído.

Tempo de não trabalho

No tocante às ausências do trabalho veja-se o seguinte gráfico (n.º de dias):

Tempo de não trabalho em 2017



São as faltas por doença com 55,2% do total que mais contribuíram para o absentismo verificado na autarquia no ano de 2017.



No ano de 2017 verificou-se um decréscimo de 10,6% no total de tempo não trabalhado comparativamente ao ano de 2016.

3.3. Formação profissional

No ano de 2017 foram frequentadas 55 ações de formação profissional externas, sendo que a distribuição das ações de formação pelo período de duração de cada uma é a que consta no gráfico seguinte, salientando-se a predominância das ações de formação com duração inferior a 30 horas.



3.4. Conclusões

Em termos gerais podemos concluir que a autarquia diminuiu o seu efetivo no ano de 2017 registando-se uma diminuição de 6 trabalhadores em relação ao ano de 2016.

A nível do escalão etário dos trabalhadores verifica-se que mais de metade dos mesmos têm mais de 45 anos.

O índice de tecnicidadeⁱ é de 15%, o do pessoal administrativoⁱⁱ é de 30% e o do pessoal assistente operacionalⁱⁱⁱ de 51%. São, estes últimos, os mais representativos no total do efetivo municipal.

ⁱ N.º técnicos superiores / total do efetivo *100

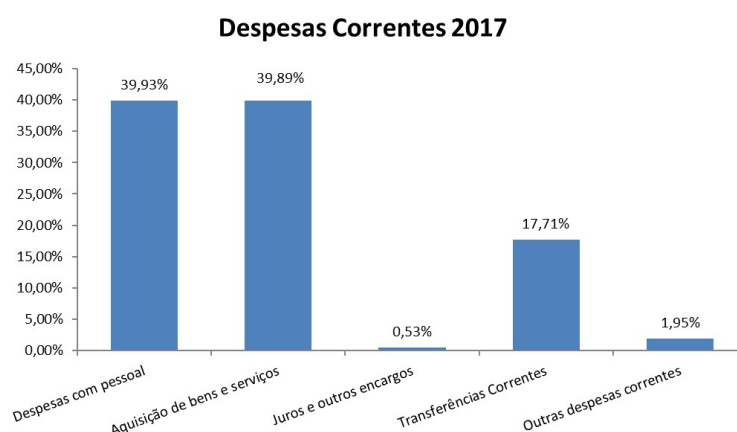
ⁱⁱ N.º de assistentes técnicos / total do efetivo *100

ⁱⁱⁱ N.º de assistentes operacionais / total de efetivos *100

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.1. Orçamento da despesa

Despesas Correntes 2017				
Composição	Dotações corrigidas	Despesa paga	Grau de execução	% Execução
01 Despesas com pessoal	3 102 798,24	3 025 581,13	97,51%	39,93%
02 Aquisição de bens e serviços	3 515 723,76	3 022 566,42	85,97%	39,89%
03 Juros e outros encargos	45 474,04	40 243,47	88,50%	0,53%
04 Transferências Correntes	1 468 120,66	1 342 162,42	91,42%	17,71%
06 Outras despesas correntes	149 791,44	147 454,77	98,44%	1,95%
Total das despesas correntes	8 281 908,14	7 578 008,21	91,50%	100,00%



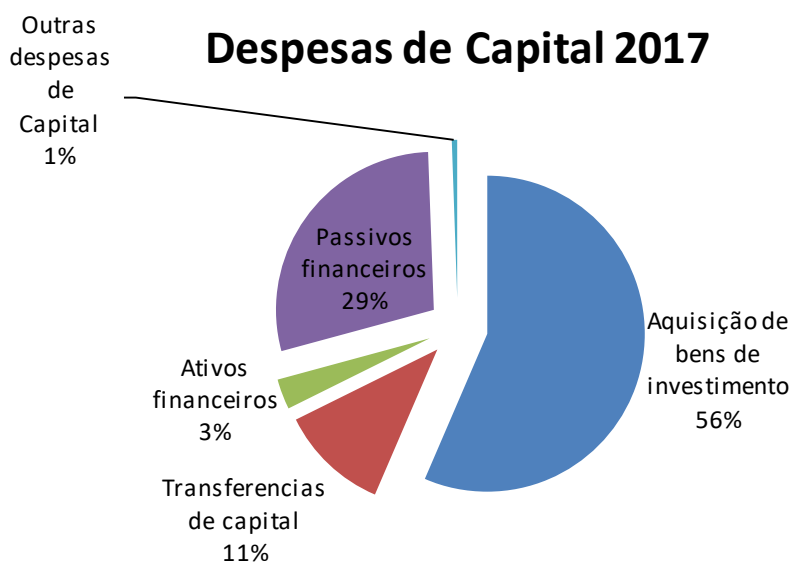
A execução das despesas correntes apresentou uma taxa de 91,50% face às provisões existentes, tendo aumentado relativamente ao período homologado (84,68%).

01 - Despesas com pessoal	2015	2016	2017
0101 Renumerações certas e permanentes	2 273 750,04	2 223 490,17	2 272 175,78
010101 Titulares órgãos soberania e membros órgãos aut.	83 999,43	95 740,21	91 304,00
010104 Pessoal quadros-Regime contrato ind. Trabalho	1 534 809,81	1 544 503,60	1 547 146,98
010107 Pessoal em regime de tarefa ou avença	30 590,31	56 425,08	100 316,50
010109 Pessoal em qualquer outra situação	134 447,82	70 158,05	61 877,85
010111 Representação	18 371,98	18 931,26	19 926,14
010113 Subsídios de refeição	167 379,73	144 996,39	153 126,92
010114 Subsídios de férias e de natal	291 035,06	284 277,31	295 452,61
010115 Renumerações por doença e maternidade/paternidade	13 115,90	8 458,27	3 024,78
0102 Abonos variáveis ou eventuais	63 462,87	76 190,34	91 471,13
010202 Horas extraordinárias	28 907,18	55 307,36	67 570,57
010204 Ajudas de custo	7 656,30	6 470,39	5 524,34
010205 Abono para falhas	2 169,21	2 154,77	2 150,40
010212 Indeminizações por cessação de funções	11 583,83	0,00	0,00
010213 Outros suplementos e prémios	13 096,35	12 257,82	16 225,82
010214 Outros abonos em numerário ou espécie	50,00	0,00	0,00
0103 Segurança social	661 959,00	680 815,54	661 934,22
Total Despesa com Pessoal	2 999 171,91	2 980 496,05	3 025 581,13

As despesas com pessoal apresentam uma fatia significativa das despesas correntes no ano de 2017, representando 39,93% das mesmas, logo seguidas da aquisição de bens e serviços com que representam 39,89% das despesas correntes pagas.

Despesas de capital

Despesas de Capital 2017				
Composição	Dotações corrigidas	Despesa paga	Grau de execução	% Execução
07 Aquisição de bens de investimento	3 962 175,32	1 482 115,76	37,41%	56,48%
08 Transferências de capital	422 739,73	293 770,76	69,49%	11,19%
09 Ativos financeiros	82 319,00	82 319,00	100,00%	3,14%
10 Passivos financeiros	752 000,00	751 288,30	99,91%	28,63%
11 Outras despesas de Capital	15 032,48	14 677,50	97,64%	0,56%
Total das despesas correntes	5 234 266,53	2 624 171,32	50,13%	100,00%



As despesas de capital apresentam uma taxa de execução de 50,13% (ligeira diminuição quando comparado com o período homólogo em que foi de 53,37%), apesar da taxa de execução dos ativos financeiros se situar nos 100% e dos passivos financeiros se aproximar quase dos 100%.

A aquisição de bens de investimento apresentou uma taxa de execução de 37,41% (período homólogo 59,13%), sendo que esta rubrica da despesa de capital era a que tinha a dotação mais elevada, condicionando assim a taxa de execução global.

Evolução das despesas

Execução orçamental da despesa					
Ano	2015	2016	2017	Var %(2017- 2016)	Var %(2017- 2015)
Despesas com pessoal	2 999 171,91	2 980 496,05	3 025 581,13	1,51%	0,88%
Aquisição de bens e serviços	2 224 312,72	2 915 585,29	3 022 566,42	3,67%	35,89%
Juros e outros encargos	66 544,65	52 661,46	40 243,47	-23,58%	-39,52%
Transferências Correntes	1 063 536,53	1 275 760,05	1 342 162,42	5,20%	26,20%
Outras despesas correntes	93 281,07	63 144,10	147 454,77	133,52%	58,08%
Total das Despesas Correntes	6 446 846,88	7 287 646,95	7 578 008,21	3,98%	17,55%
Aquisição de bens de capital	1 022 564,14	1 448 991,76	1 482 115,76	2,29%	44,94%
Transferências de capital	601 804,68	155 685,91	293 770,76	88,69%	-51,19%
Ativos financeiros	82 319,00	82 319,00	82 319,00	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	751 288,30	751 288,30	751 288,30	0,00%	0,00%
Outras despesas de capital	6 440,00	11 921,74	14 677,50	23,12%	0,00%
Total das despesas de capital	2 464 416,12	2 450 206,71	2 624 171,32	7,10%	6,48%
Despesa total	8 911 263,00	9 737 853,66	10 202 179,53	4,77%	14,49%

Conforme se pode verificar no quadro acima as despesas com pessoal pagas diminuíram no ano 2016, mas aumentaram no ano de 2017, resultado do aumento do subsídio de refeição e o cancelamento das reduções remuneratórias.

As despesas pagas referentes a aquisição de bens e serviços têm vindo a aumentar desde o exercício de 2015 assim como as transferências correntes.

As despesas com juros e outros encargos tem reduzindo significativamente nos últimos anos devido à diminuição do número de empréstimos e do capital em dívida.

A nível da despesa de capital verificou-se no ano de 2017 um ligeiro aumento da despesa paga referente a aquisições de bens de capital.

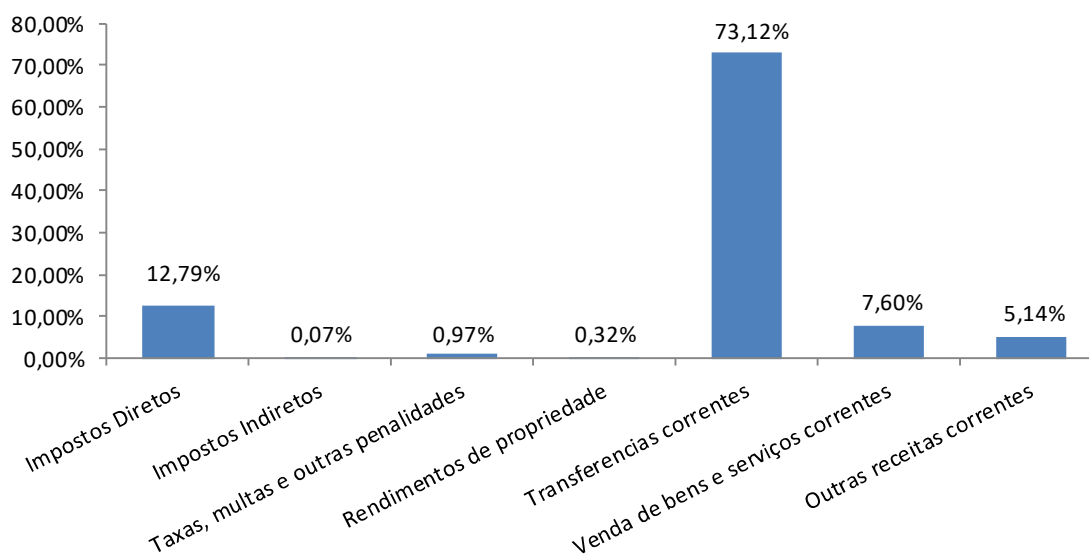
As despesas pagas por transferências de capital, tiveram uma diminuição significativa de 2015 para 2016, mas aumentaram no exercício de 2017, no entanto continuam a apresentar um valor inferior ao pago no ano de 2015.

4.2. Orçamento da receita

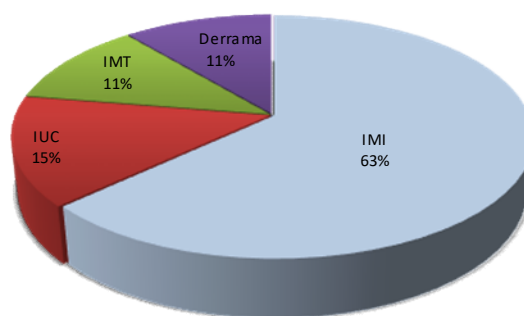
Receitas correntes

Receitas Correntes 2017				
Composição	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	% Execução	Grau de execução
01 Impostos Diretos	1 270 000,00	1 140 809,27	12,79%	89,83%
02 Impostos Indiretos	8 676,00	6 296,84	0,07%	72,58%
04 Taxas, multas e outras penalidades	66 644,00	86 538,56	0,97%	129,85%
05 Rendimentos de propriedade	21 804,24	28 312,68	0,32%	129,85%
06 Transferências correntes	6 587 660,76	6 522 531,67	73,12%	99,01%
07 Venda de bens e serviços correntes	723 522,00	678 267,40	7,60%	93,75%
08 Outras receitas correntes	427 367,00	458 154,67	5,14%	107,20%
Total das Receitas Correntes	9 105 674,00	8 920 911,09	100,00%	97,97%

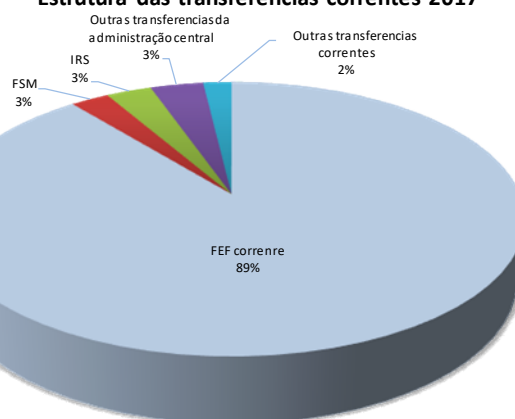
Receitas Correntes 2017



No ano de 2017 o total das receitas correntes teve uma taxa de execução de cerca de 98%, como podemos constatar as receitas correntes são provenientes em grande parte da classificação 06 (transferências correntes) representando mais de 73% do valor da receita cobrada líquida. Além das transferências correntes os impostos diretos cobrados pelo Município também representam um valor significativo cerca de 13%. No ano de 2017 as taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e outras receitas correntes superaram as previsões iniciais e corrigidas.

Estrutura dos impostos diretos ano 2017

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) tem o maior peso no apuramento dos impostos diretos, este representa cerca de 63% do total apurado.

Estrutura das transferências correntes 2017

Fazendo uma análise ao ano de 2017, podemos visualizar nos gráficos e no quadro que o Município é bastante dependente das receitas provenientes do orçamento de estado. Quase 89% das receitas correntes são obtidas pelas transferências do fundo de equilíbrio financeiro.

Receitas de capital

Receitas Capital				
Composição	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	% Execução	Grau de execução
09 Impostos Diretos	16 562,00	4 426,16	26,72%	0,40%
10 Impostos Indiretos	1 731 120,00	1 098 257,78	63,44%	99,60%
11 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
13 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas Capital	1 747 682,00	1 102 683,94	63,09%	100,00%

No que respeita às receitas de capital do Município, estas são quase exclusivamente dependentes dos impostos indiretos, ou seja, do fundo de equilíbrio financeiro da sua componente de capital. Estes representam mais de 99% do total das receitas cobradas líquidas.

Evolução das receitas

Execução orçamental das receitas cobradas líquidas					
Ano	2015 (€)	2016 (€)	2017 (€)	Var % (2017-2016)	Var % (2017- 2015)
Impostos Diretos	1 232 899,55	1 171 861,86	1 140 809,27	-2,65%	-7,47%
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	765 827,96	722 570,73	719 158,47	-0,47%	-6,09%
Imposto único de circulação (IUC)	159 051,41	154 754,98	166 040,94	7,29%	4,39%
Imposto municipal sobre transmissões (IMT)	177 368,00	172 803,52	129 254,58	-25,20%	-27,13%
Derrama	130 652,18	121 732,63	126 355,28	3,80%	-3,29%
Impostos indiretos	9 437,50	5 748,14	6 296,84	9,55%	-33,28%
Taxas, multas e outras penalidades	70 187,57	48 218,11	86 538,56	79,47%	23,30%
Rendimentos de propriedade	26 255,92	15 341,57	28 312,68	84,55%	7,83%
Venda de bens e prestação de serviços correntes	650 317,91	819 712,70	678 267,40	-17,26%	4,30%
Transferências correntes	6 337 469,95	6 357 730,84	6 522 531,67	2,59%	2,92%
Fundo equilíbrio financeiro	5 556 913,00	5 628 635,00	5 815 176,03	3,31%	4,65%
Fundo social municipal	164 946,00	164 946,00	164 946,00	0,00%	0,00%
Participação fixa IRS	211 670,00	212 144,00	194 077,00	-8,52%	-8,31%
Outras transferências da administração central	252 265,27	231 680,02	226 760,19	-2,12%	-10,11%
Outras transferências correntes	151 675,68	120 325,82	121 572,45	1,04%	-19,85%
Outras receitas correntes	425 442,76	517 380,83	458 154,67	-11,45%	7,69%
Total da receita corrente	8 752 011,16	8 935 994,05	8 920 911,09	-0,17%	1,93%
Venda de bens de investimento	27 702,91	4 081,44	4 426,16	8,45%	-84,02%
Transferências de capital	980 632,00	1 065 631,98	1 098 257,78	3,06%	11,99%
Fundo equilíbrio financeiro	980 632,00	993 288,00	1 026 207,00	3,31%	4,65%
Fundos comunitários	0,00	72 343,98	72 050,78	0,00%	0,00%
Total da receita de capital	1 008 334,91	1 069 713,42	1 102 683,94	3,08%	9,36%
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 774,09	3 978,31	88,56	-97,77%	-98,14%
Saldo da gerência anterior	1 532 434,06	2 388 080,09	2 662 817,67	11,50%	73,76%
Receita total	11 297 554,22	12 397 765,87	12 686 501,26	2,33%	12,29%

Comparando a execução orçamental das receitas nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 verifica-se que a receita cobrada líquida tem vindo a aumentar. Para este aumento contribuíram os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades e o fundo de equilíbrio financeiro de capital.

O total da receita cobrada líquida no ano de 2017 é superior aos valores apresentados nos exercícios de 2015 e 2016.

4.3. Grandes opções do plano

As Grandes Opções do Plano (GOP's) constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, fundamentam a orientação estratégica da política desenvolvida enquanto parte integrante deste documento. As GOP's apresentam as linhas estratégicas do desenvolvimento da autarquia, onde se incluem o plano plurianual de investimento (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR's).

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. As AMR's são encaradas como um documento auxiliar à gestão autárquica, e são de certa forma enquadradas à semelhança do PPI, onde a autarquia inscreve as ações ou projetos que se relevem de interesse e possam ser destacados, apesar de implicarem despesas diferentes das de investimento.

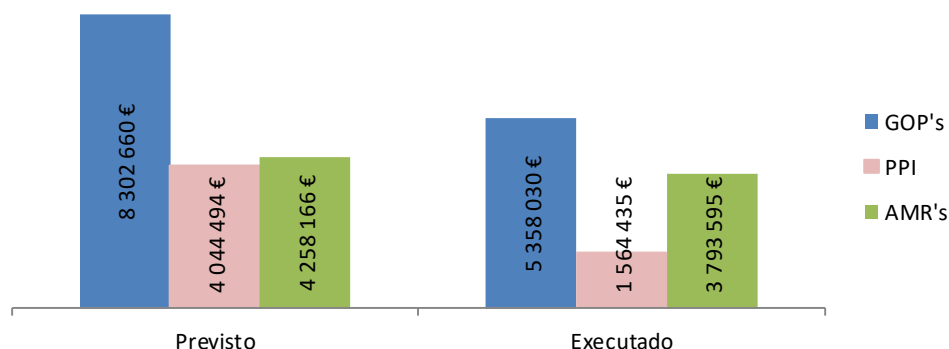
Atividade desenvolvida 2017-Grandes Opções do Plano	Previsto	Executado
GOP's	8 302 660,03	5 358 029,64
PPI	4 044 494,32	1 564 434,76
AMR's	4 258 165,71	3 793 594,88

Na ótica da despesa das GOP's pode-se constatar que foram executados 5.358.029,64€ o que corresponde a 64% do montante definido para financiamento.

No caso do plano plurianual de investimento esse rácio foi inferior e situou-se na casa dos 39% do valor inicialmente dotado.

As AMR's tiveram um grau de execução superior 89%. Como se pode visualizar no gráfico, as GOP's são constituídas, na sua grande maioria, pelas AMR's que tem um peso superior a 50% no montante definido e superior a 70% no executado.

Síntese da atividade desenvolvida 2017



Análise das GOP					
Código	Classificação Funcional	Montante previsto ano	Realização do ano	Grau execução anual	% realização
1	Funções Gerais	1 047 131,76	818 559,28	78,17%	15,28%
001	Administração Geral	581 286,00	399 658,06	68,75%	7,46%
002	Modernização administrativa	244 935,50	211 302,18	86,27%	3,94%
003	Proteção Civil	220 910,26	207 599,04	93,97%	3,87%
2	Educação e qualificação do potencial humano	2 559 441,04	917 098,03	35,83%	17,12%
001	Infraestruturas escolares	1 982 000,00	380 488,66	19,20%	7,10%
002	Educação	577 441,04	536 609,37	92,93%	10,02%
3	Coesão social, económica e territorial	760 094,05	523 536,26	68,88%	9,77%
001	Saúde	89 280,00	78 074,01	87,45%	1,46%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	21 601,00	9 126,37	42,25%	0,17%
003	Parque habitacional municipal	170 184,05	42 236,59	24,82%	0,79%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	88 497,97	72 486,50	81,91%	1,35%
005	Apoio às associações	78 609,41	71 447,41	90,89%	1,33%
006	Ocupação sénior	6 605,00	6 600,00	99,92%	0,12%
007	Acessibilidades	305 316,62	243 565,38	79,77%	4,55%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	358 007,00	162 055,80	45,27%	3,02%
001	Zonas industriais e zonas de atividade económicas	1,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Comércio local	358 006,00	162 055,80	45,27%	3,02%
5	Cultura e valorização do património	99 258,28	86 525,02	87,17%	1,61%
001	Cultura	95 257,28	86 525,02	90,83%	1,61%
002	Valorização do património	4 001,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Turismo e promoção local	442 043,32	390 662,87	88,38%	7,29%
001	Feiras e certames	365 265,05	362 759,24	99,31%	6,77%
002	Qualificação dos recursos de potencial turístico	55 188,27	8 550,00	15,49%	0,16%
003	Materiais de promoção	21 590,00	19 353,63	89,64%	0,36%
7	Ordenamento do território e regeneração urbana	164 001,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Projetos urbanos estruturantes	164 001,00	0,00	0,00%	0,00%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	1 403 983,90	1 016 756,33	72,42%	18,98%
001	Saneamento	212 875,24	91 496,39	42,98%	1,71%
002	Resíduos sólidos	412 102,00	383 642,86	93,09%	7,16%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	66 421,87	38 453,13	57,89%	0,72%
004	Energia	712 584,79	503 163,95	70,61%	9,39%
9	Operações da dívida pública	752 000,00	751 288,30	99,91%	14,02%
001	Passivos financeiros	752 000,00	751 288,30	99,91%	14,02%
10	Transferência entre administrações	634 380,68	609 228,75	96,04%	11,37%
001	Transferências para juntas de (união de) freguesias	621 080,68	599 615,72	96,54%	11,19%
002	Contratos interadministrativos	13 300,00	9 613,03	72,28%	0,18%
11	Diversas não especificadas	82 319,00	82 319,00	100,00%	1,54%
001	Ativos financeiros	82 319,00	82 319,00	100,00%	1,54%
Total		8 302 660,03	5 358 029,64	64,53%	100,00%

As Grandes Opções do Plano (GOP's) incluem a composição do planeamento económico e social do Município, baseiam-se na orientação da estratégia da política desenvolvida pelas atividades que o Município considera mais importantes, nomeadamente as intenções de investimento.

Este apresenta as diretrizes de desenvolvimento estratégico da autarquia local, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR) da Autarquia.

O Município da Chamusca executou 64,53% da dotação inicialmente prevista, nas suas Grandes Opções do Plano. A função que evidencia mais valor é a da "consciência ambiental e

sustentabilidade no uso de recursos” (1.016.756,33 €) resultando de um forte investimento na energia, substituição da iluminação pública por iluminação led, gerando a médio e longo prazo uma redução no valor da faturação.

Evolução das GOP's



Podemos verificar que a taxa de execução das GOP's nos últimos anos tem vindo a diminuir apesar do valor realizado ter vindo a aumentar. Em 2017 o nível de execução anual das GOP's é de 64,53%.

Plano plurianual de investimento

Análise do PPI					
Código	Classificação Funcional	Montante previsto ano	Realização do ano	Grau execução anual	% realização
1	Funções Gerais	793 587,00	579 287,73	73,00%	37,03%
001	Administração Geral	581 286,00	399 658,06	68,75%	7,46%
002	Modernização administrativa	212 201,00	179 629,67	84,65%	3,35%
003	Proteção Civil	100,00	0,00	0,00%	0,00%
2	Educação e qualificação do potencial humano	1 982 000,00	380 488,66	19,20%	24,32%
001	Infraestruturas escolares	1 982 000,00	380 488,66	19,20%	7,10%
3	Coesão social, económica e territorial	554 396,05	333 781,15	60,21%	21,34%
001	Saúde	44 280,00	33 948,00	76,67%	0,63%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	10 000,00	0,00	0,00%	0,00%
003	Parque habitacional municipal	170 184,05	42 236,59	24,82%	0,79%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	27 401,00	16 816,80	61,37%	0,31%
007	Acessibilidades	302 531,00	240 779,76	79,59%	4,49%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	358 001,00	162 055,80	45,27%	10,36%
002	Comércio local	358 001,00	162 055,80	45,27%	3,02%
5	Cultura e valorização do património	4 001,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Valorização do património	4 001,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Turismo e promoção local	55 188,27	8 550,00	15,49%	0,55%
002	Qualificação dos recursos de potencial	55 188,27	8 550,00	15,49%	0,16%
7	Ordenamento do território e regeneração urbana	164 001,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Projetos urbanos estruturantes	164 001,00	0,00	0,00%	0,00%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	51 001,00	17 952,42	35,20%	1,15%
001	Saneamento	22 500,00	17 152,92	76,24%	0,32%
004	Energia	28 501,00	799,50	2,81%	0,01%
11	Diversas não especificadas	82 319,00	82 319,00	100,00%	5,26%
001	Ativos financeiros	82 319,00	82 319,00	100,00%	1,54%
Total		4 044 494,32	1 564 434,76	38,68%	100,00%

No plano plurianual de investimentos estão definidas as grandes linhas de intervenção, e tem por norma um horizonte temporal de quatro anos, compreendendo todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela autarquia que impliquem aquisições de bens de capital.

No ano de 2017 o PPI apresentou uma dotação de mais de quatro milhões de euros, no entanto realizou despesas de cerca de um milhão e meio de euros, apresentando assim uma taxa de execução de cerca de 39%

Evolução do PPI			
Ano	2015	2016	2017
Dotação Final	1 545 413,44	3 308 534,35	4 044 494,32
Realizado	1 022 564,14	1 448 991,76	1 564 434,76
Taxa de realização do PPI	66,17%	43,80%	38,68%

Atividades mais relevantes

Análise das AMR's					
Código	Classificação Funcional	Montante previsto ano	Realização do ano	Grau execução anual	% realização
1	Funções Gerais	253 544,76	239 271,55	94,37%	6,31%
002	Modernização administrativa	32 734,50	31 672,51	96,76%	0,83%
003	Proteção Civil	220 810,26	207 599,04	94,02%	5,47%
2	Educação e qualificação do potencial humano	577 441,04	536 609,37	92,93%	14,15%
002	Educação	577 441,04	536 609,37	92,93%	14,15%
3	Coesão social, económica e territorial	205 698,00	189 755,11	92,25%	5,00%
001	Saúde	45 000,00	44 126,01	98,06%	1,16%
002	Promoção da inclusão e desenvolvimento social	11 601,00	9 126,37	78,67%	0,24%
004	Promoção de modos de vida saudável, prática desportiva	61 096,97	55 669,70	91,12%	1,47%
005	Apoio às associações	78 609,41	71 447,41	90,89%	1,88%
006	Ocupação sénior	6 605,00	6 600,00	99,92%	0,17%
007	Acessibilidades	2 785,62	2 785,62	100,00%	0,07%
4	Empreendedorismo e apoio à criação/fixação de emprego	6,00	0,00	0,00%	0,00%
001	Zonas industriais e zonas de atividade económicas	1,00	0,00	0,00%	0,00%
002	Comércio local	5,00	0,00	0,00%	0,00%
5	Cultura e valorização do património	95 257,28	86 525,02	90,83%	2,28%
001	Cultura	95 257,28	86 525,02	90,83%	2,28%
6	Turismo e promoção local	386 855,05	382 112,87	98,77%	10,07%
001	Feiras e certames	365 265,05	362 759,24	99,31%	9,56%
003	Materiais de promoção	21 590,00	19 353,63	89,64%	0,51%
8	Consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos	1 352 982,90	998 803,91	73,82%	26,33%
001	Saneamento	190 375,24	74 343,47	39,05%	1,96%
002	Resíduos sólidos	412 102,00	383 642,86	93,09%	10,11%
003	Proteção do ambiente e conservação da natureza	66 421,87	38 453,13	57,89%	1,01%
004	Energia	684 083,79	502 364,45	73,44%	13,24%
9	Operações da dívida pública	752 000,00	751 288,30	99,91%	19,80%
001	Passivos financeiros	752 000,00	751 288,30	99,91%	19,80%
10	Transferência entre administrações	634 380,68	609 228,75	96,04%	16,06%
001	Transferências para juntas de (união de) freguesias	621 080,68	599 615,72	96,54%	15,81%
002	Contratos interadministrativos	13 300,00	9 613,03	72,28%	0,25%
Total		4 258 165,71	3 793 594,88	89,09%	100,00%

O plano das atividades mais relevantes é visto como um documento auxiliar à gestão, com uma estrutura equivalente à do plano plurianual de investimento. Contempla também projetos ou ações importantes para a autarquia e, apesar das condicionantes, estas despesas podem ser de capital ou correntes.

Na análise ao ano de 2017, constatamos que mais de 26% da realização das funcionais corresponde à função “consciência ambiental e sustentabilidade no uso de recursos” sendo que, dentro desta classificação, as que tiveram o maior valor de despesa foram a energia e os resíduos sólidos urbanos.

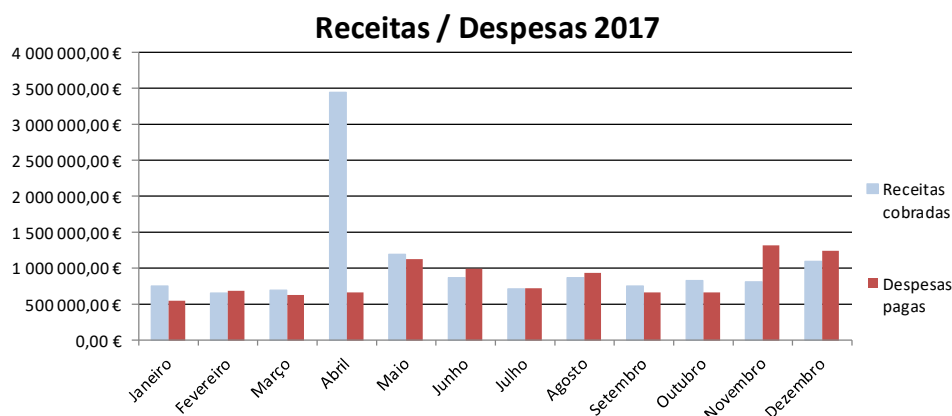
Evolução das AMR's			
Ano	2015	2016	2017
Dotação Final	4 540 048,96	4 531 777,35	4 258 165,71
Realizado	3 453 494,57	3 703 549,68	3 793 594,88
Taxa de realização das AMR's	76,07%	81,72%	89,09%

A taxa de realização das AMR's tem vindo a aumentar, conforme verificado no quadro acima, em grande parte devido ao valor realizado ter aumentado.

4.4. Análise Global – Estrutura orçamental

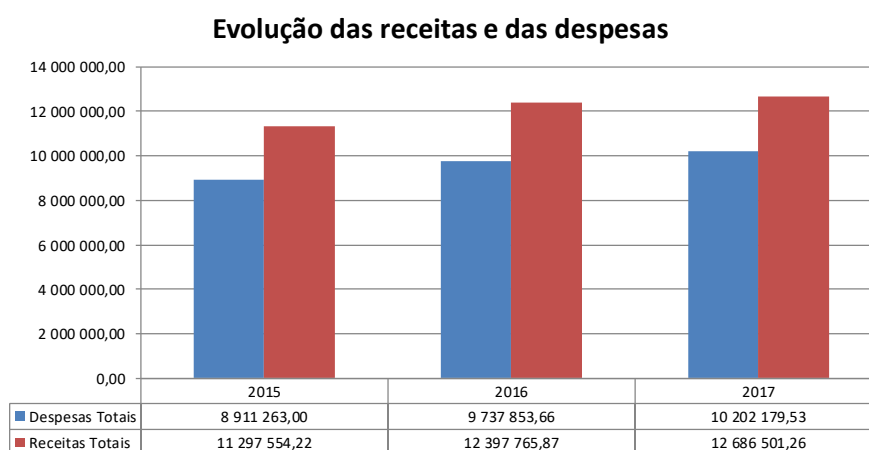
Mês	Evolução das receitas correntes e capital cobradas e das despesas pagas em 2017										
	Receitas cobradas líquida					Despesas pagas			Diferenças		
	Correntes	Capital	RNAP	Saldo gerência	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	671 562	85 517			757 079	510 823	37 323	548 146	160 739	48 194	208 932
Fevereiro	579 636	85 517			665 153	590 011	96 878	686 889	-10 375	-11 361	-21 736
Março	609 385	85 517			694 902	556 341	80 521	636 862	53 043	4 996	58 040
Abril	706 581	85 517		2 662 818	3 454 916	587 299	75 607	662 906	119 282	9 910	129 192
Maio	1 104 290	85 517			1 189 807	702 244	418 059	1 120 303	402 046	-332 542	69 504
Junho	735 800	126 319			862 118	733 707	250 316	984 023	2 093	-123 997	-121 904
Julho	622 721	85 517			708 238	671 349	49 097	720 447	-48 628	36 420	-12 208
Agosto	769 331	89 943			859 274	758 371	182 966	941 337	10 959	-93 023	-82 064
Setembro	660 752	85 517			746 269	561 061	109 299	670 360	99 691	-23 782	75 909
Outubro	748 692	85 517			834 209	524 293	141 516	665 809	224 399	-55 999	168 400
Novembro	701 376	116 766	89		818 230	618 271	703 818	1 322 090	83 105	-587 052	-503 948
Dezembro	1 010 786	85 520			1 096 306	764 237	478 771	1 243 008	246 549	-393 251	-146 702
Total	8 920 911	1 102 684	89	2 662 818	12 686 501	7 578 008	2 624 171	10 202 180	1 342 903	-1 521 487	-178 585

No ano de 2017 a receita cobrada líquida foi superior à despesa paga devido ao saldo da gerência anterior no valor de 2.662.817,67 €.



A evolução mensal da despesa paga e receita cobrada em 2017 teve os seus picos nos meses de maio e dezembro.

Evolução das receitas cob. Liq. e das despesas pagas			
	2015	2016	2017
Despesas Totais	8 911 263,00	9 737 853,66	10 202 179,53
Despesas Correntes	6 446 846,88	7 287 646,95	7 578 008,21
Despesas de Capital	2 464 416,12	2 450 206,71	2 624 171,32
Receitas Totais	11 297 554,22	12 397 765,87	12 686 501,26
Receitas Correntes	8 752 011,16	8 935 994,05	8 920 911,09
Receitas de Capital	1 008 334,91	1 069 713,42	1 102 683,94
Reposições não abatidas	4 774,09	3 978,31	88,56
Saldo da gerência anterior	1 532 434,06	2 388 080,09	2 662 817,67



As receitas totais cobradas líquidas foram superiores às despesas pagas nos 3 últimos exercícios.

4.5. Indicadores e rácios orçamentais

DESPESA COM O PESSOAL

Despesa com pessoal	2015	2016	2017
<u>Pessoal</u>	<u>2 999 171,91</u>	<u>2 980 496,05</u>	<u>3 025 581,13</u>
Despesa total	8 911 263,00 33,66%	9 737 853,66 30,61%	10 202 179,53 29,66%

Através deste indicador, concluímos que no ano de 2017 a despesa com pessoal representa 29,66% da despesa total. Apesar do valor da despesa com o pessoal, ter aumentado o rácio face ao ano anterior diminuiu, justificado pelo aumento da despesa total.

Este aumento resulta do acréscimo de valor para trabalhadores em regime de tarefa e avença, remunerações do pessoal do quadro (inclusão de 2 chefes de divisão), despesas de representação, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença e maternidade/paternidade, horas extraordinárias, contribuições para a segurança social.

DESPESA FIXA (BÁSICA)

Peso da despesa fixa	2015	2016	2017
<u>Despesa Básica</u>	<u>5 482 346,07</u>	<u>5 215 891,77</u>	<u>5 453 046,08</u>
Despesa total	8 911 263,00 61,52%	9 737 853,66 53,56%	10 202 179,53 53,45%

Apesar de ter existido um aumento da despesa básica e da despesa total do exercício de 2016 para 2017 o peso da despesa fixa/básica apresentou um decréscimo.

DESPESA COM OS CUSTOS FINANCEIROS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS

Peso serviço da dívida	2015	2016	2017
<u>Serviço da Dívida</u>	<u>817 832,95</u>	<u>803 949,76</u>	<u>791 531,77</u>
Despesa total	8 911 263,00 9,18%	9 737 853,66 8,26%	10 202 179,53 7,76%

O serviço da dívida é composto pelos pagamentos da amortização e dos juros e outros encargos.

O Município tem dois empréstimos contratualizados em vigor, o PREDE e o PAEL. O serviço da dívida tem vindo a diminuir devido à redução do valor dos juros fruto das amortizações de capital e do decréscimo da taxa de juro aplicada ao empréstimo do PREDE.

AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO

Peso da Aq. Bens Invest.	2015	2016	2017
<u>Aq. bens de inv.</u>	<u>1 022 564,14</u>	<u>1 448 991,76</u>	<u>1 482 115,76</u>
Despesa total	8 911 263,00 11,47%	9 737 853,66 14,88%	10 202 179,53 14,53%

O peso da aquisição de bens de investimento sobre a despesa total sofreu um decréscimo de cerca de 0,35% em 2017.

DESPESA DE CAPITAL

Peso despesa de capital	2015	2016	2017
<u>Despesa de capital</u>	<u>2 464 416,12</u>	<u>2 450 206,71</u>	<u>2 624 171,32</u>
Despesa total	8 911 263,00 27,66%	9 737 853,66 25,16%	10 202 179,53 25,72%

O peso e os valores da despesa de capital do ano de 2017 aumentaram relativamente ao ano de 2016.

RECEITA TOTAL

Peso da receita total	2015	2016	2017
<u>Receita total</u>	<u>11 297 554,22</u>	<u>12 397 765,87</u>	<u>12 686 501,26</u>
Despesa total	8 911 263,00 126,78%	9 737 853,66 127,32%	10 202 179,53 124,35%

Tal como nos anos anteriores a receita total cobre as despesas totais. No último ano o Município diminuiu cerca de 3% o peso da receita sobre a despesa.

IMPOSTOS DIRETOS COBRADOS PELO MUNICÍPIO NA RECEITA TOTAL OBTIDA

Peso imposto diretos	2015	2016	2017
<u>Impostos diretos</u>	<u>1 232 899,55</u>	<u>1 171 861,86</u>	<u>1 140 809,27</u>
Receita total	11 297 554,22 10,91%	12 397 765,87 9,45%	12 686 501,26 8,99%

Em 2017, verificou-se uma diminuição dos impostos diretos obtidos no valor de 31.052,59€, o que corresponde a uma diminuição de 0,5% face ao ano anterior.

5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

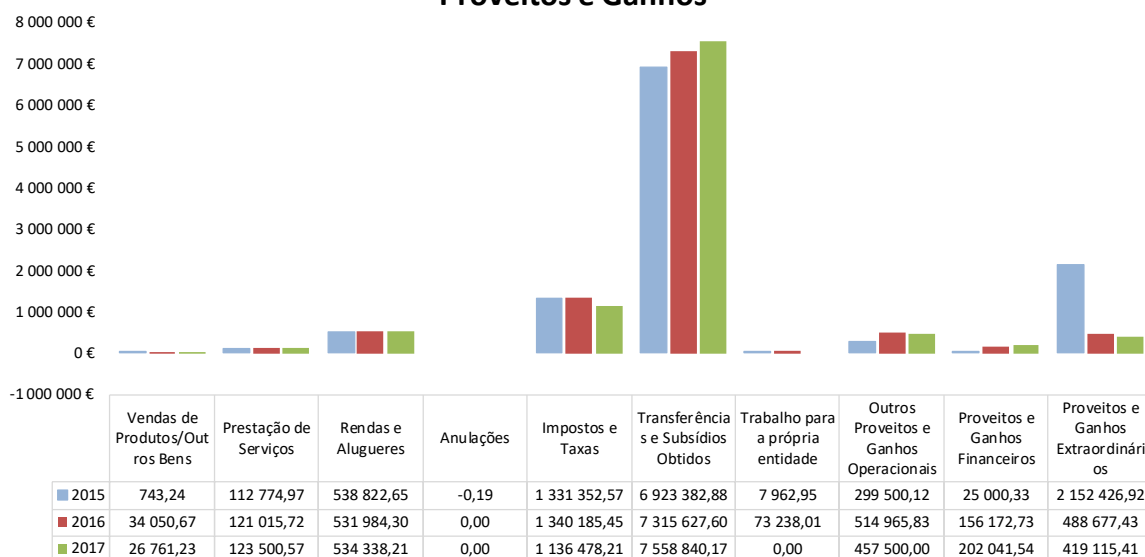
5.1. Componente económica

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em €)

	2015	%	2016	%	2017	%
PROVEITOS OPERACIONAIS						
Vendas e Prestações de Serviços	638 919,12	6,59%	687 050,69	6,92%	684 600,01	6,96%
Variação da Produção						
Impostos e Taxas	1 294 986,97	13,37%	1 340 185,45	13,49%	1 136 478,21	11,55%
Transferências e Subsídios Obtidos	7 305 715,70	75,40%	7 315 627,60	73,66%	7 558 840,17	76,84%
Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	449 668,37	4,64%	588 203,84	5,92%	457 500,00	4,65%
TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....	9 689 290,16	100,00%	9 931 067,58	100,00%	9 837 418,39	100,00%
CUSTOS OPERACIONAIS						
CMVMC	95 186,17	1,06%	103 426,41	1,06%	98 348,73	0,99%
FSE	2 255 099,83	25,23%	3 097 884,39	31,61%	3 168 074,03	32,03%
Custos com o Pessoal	2 974 685,14	33,28%	2 983 058,14	30,43%	2 981 263,95	30,14%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1 129 380,19	12,64%	1 258 374,66	12,84%	1 286 301,66	13,00%
Amortizações do Exercício	2 414 596,17	27,01%	2 242 701,30	22,88%	2 254 523,58	22,79%
Provisões do Exercício	0,00	0,00%	46 777,64	0,48%		
Outros Custos Operacionais	69 399,76	0,78%	69 189,61	0,71%	103 002,00	1,04%
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....	8 938 347,26	100,00%	9 801 412,15	100,00%	9 891 513,95	100,00%
RESULTADOS						
Resultados Operacionais	750 942,90		129 655,43		-54 095,56	
Resultados Financeiros	14 147,37		99 550,75		154 256,13	
Resultados Correntes	765 090,27		229 206,18		100 160,57	
Resultados Extraordinários	-778 282,95		-128 126,79		13 849,71	
Resultado Líquido do Exercício	-13 192,68		101 079,39		114 010,28	

Proveitos e Ganhos

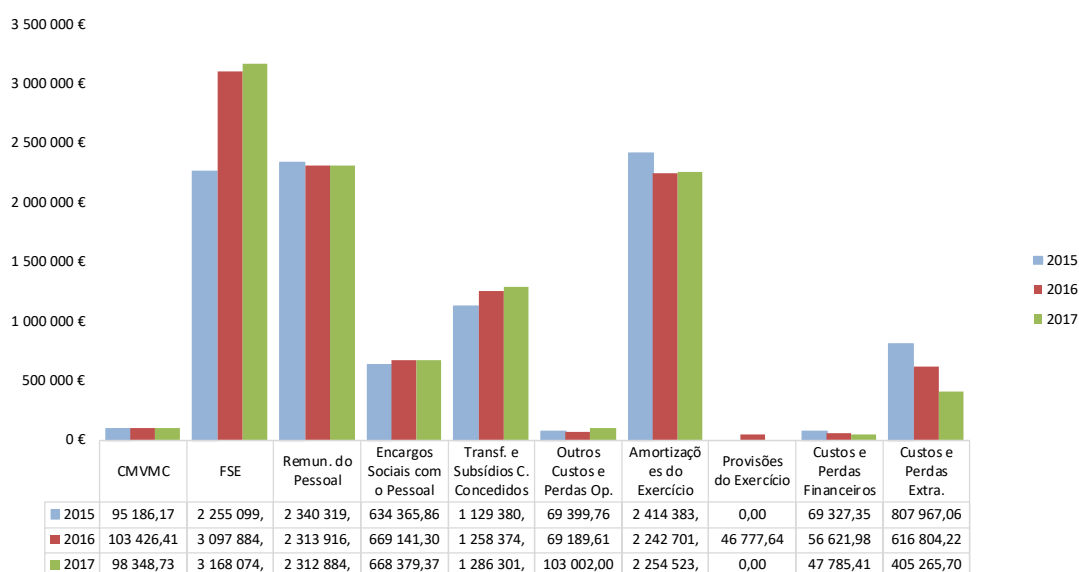


As receitas do Município são, à semelhança dos anos transatos, dependentes das transferências do Orçamento do Estado.

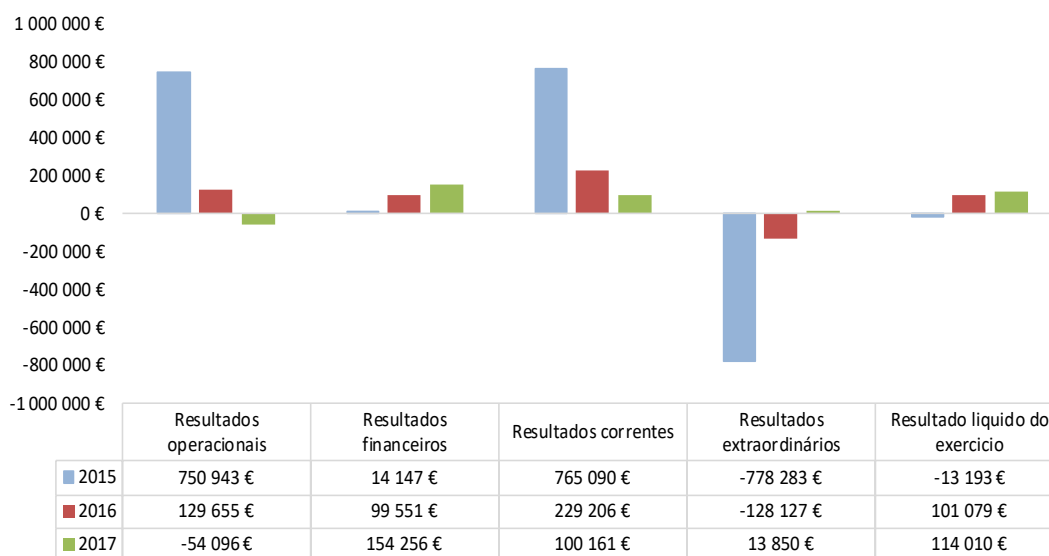
Patrimonialmente, os custos e perdas do Município no ano de 2017 estão repartidos em 4 grandes grupos:

- - Os fornecimentos e serviços externos 30,63%;
- - Os custos com pessoal 28,82% (incluindo encargos);
- - Os custos com as amortizações representam 21,79%;
- - As transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, que representam 12,43% dos custos totais

Custos e Perdas



Resultados



O resultado operacional gerado pelo Município no exercício de 2017 (diferença entre os proveitos operacionais e custos operacionais) foi negativo no valor de 54.095,56€.

Os resultados financeiros têm vindo a apresentar um acréscimo desde o ano de 2015, firmando-se em 2017 nos 114.010,28€, em virtude da inclusão do valor correspondente à participação do Município no resultado líquido do exercício (RLE) da empresa Águas do Ribatejo (participação de 8,15% por parte do Município da Chamusca no RLE de 2.166.171,52 €).

Por fim ao analisar o RLE do ano de 2017 podemos constatar que o mesmo se encontra positivo em 114.010,28 €, sendo o valor mais elevado nos três anos em análise.

5.2. Componente financeira

Relativamente à componente financeira, apresenta-se na tabela seguinte um resumo do balanço de 2015 a 2017, sendo que no ativo estão considerados os valores líquidos.

SINTESE DO BALANÇO

(em €)

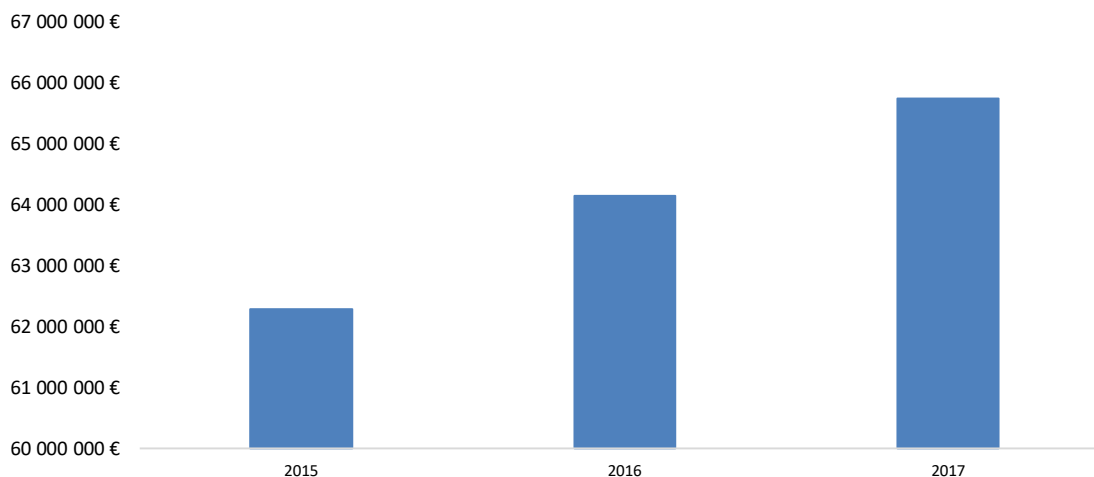
	2015	%	2016	%	2017	%
ATIVO						
Ativo Fixo	36 718 841,47	92,90%	36 382 158,98	92,14%	35 757 914,31	92,23%
Ativo Circulante	2 808 195,55	7,10%	3 102 777,53	7,86%	3 010 867,26	7,77%
Existências	127 282,82	0,32%	168 342,89	0,43%	165 535,34	0,43%
Realizável	8 802,27	0,02%	39 496,17	0,10%	137 433,64	0,35%
a Médio/Longo Prazo						
a Curto Prazo	8 802,27	0,02%	39 496,17	0,10%	137 433,64	0,35%
Disponível	2 438 022,47	6,17%	2 714 874,72	6,88%	2 630 257,28	6,78%
Acréscimos e Diferimentos	234 087,99	0,59%	180 063,75	0,46%	77 641,00	0,20%
TOTAL DO ATIVO	39 527 037,02	100,00%	39 484 936,51	100,00%	38 768 781,57	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS						
Património	28 273 868,05	99,64%	29 463 352,03	99,10%	29 679 352,03	98,32%
Reservas	733 832,18	2,59%	733 832,18	2,47%	733 832,18	2,43%
Resultados	-630 712,45	-2,22%	-465 694,28	-1,57%	-226 500,68	-0,75%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	28 376 987,78	100,00%	29 731 489,93	100,00%	30 186 683,53	100,00%
PASSIVO						
Provisões						
Exigível	4 324 699,04	38,79%	3 109 782,24	31,88%	2 325 552,40	27,10%
a Médio/Longo Prazo	3 356 441,48	30,10%	2 605 153,18	26,71%	1 349 532,66	15,72%
a Curto Prazo	968 257,56	8,68%	504 629,06	5,17%	976 019,74	11,37%
Acréscimos e Diferimentos	6 825 350,20	61,21%	6 643 664,34	68,12%	6 256 545,64	72,90%
TOTAL DO PASSIVO	11 150 049,24	100,00%	9 753 446,58	100,00%	8 582 098,04	100,00%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	39 527 037,02		39 484 936,51		38 768 781,57	

Estrutura do imobilizado

O quadro seguinte apresenta um resumo da estrutura do imobilizado bruto nos anos de 2015, 2016 e 2017:

Conta e Designação	2015		2016		2017	
	Valor	% total	Valor	% total	Valor	% total
Bens do Domínio Público	43 271 122,94	69,48%	43 699 851,61	68,12%	43 867 662,43	66,72%
Terrenos e Recursos naturais	100 924,70	0,16%	101 449,05	0,16%	101 449,05	0,15%
Outras Const. e Infraestruturas	42 151 675,85	67,68%	42 879 734,56	66,84%	42 991 990,50	65,39%
Bens Pat.Hist. Art. Cultural	269 855,89	0,43%	269 855,89	0,42%	269 855,89	0,41%
Outros Bens de Domínio Público	371 220,05	0,60%	388 148,27	0,61%	388 148,27	0,59%
Imobilizações em Curso	377 446,45	0,61%	60 663,84	0,09%	116 218,72	0,18%
Imobilizações Incorpóreas	347 020,58	0,56%	347 943,84	0,54%	355 938,84	0,54%
Despesas investigação e desenvolv.	314 152,71	0,50%	343 543,71	0,54%	343 543,71	0,52%
Propriedade Industrial e Outros Direitos	4 276,37	0,01%	4 400,13	0,01%	12 395,13	0,02%
Imobilizações em Curso	28 591,50	0,05%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobilizações Corpóreas	16 990 337,61	27,28%	18 301 766,97	28,53%	19 468 264,45	29,61%
Terrenos e Recursos naturais	2 812 814,03	4,52%	3 382 659,81	5,27%	3 514 528,21	5,35%
Edifícios e Outras Construções	7 508 990,61	12,06%	10 483 766,78	16,34%	10 704 772,16	16,28%
Equipamento Básico	1 446 547,27	2,32%	1 505 453,82	2,35%	1 604 163,56	2,44%
Equipamento de Transporte	1 035 492,26	1,66%	1 104 714,06	1,72%	1 104 714,06	1,68%
Ferramentas e Utensílios	49 679,50	0,08%	52 953,21	0,08%	55 247,86	0,08%
Equipamento Administrativo	916 440,93	1,47%	1 007 507,03	1,57%	1 098 810,55	1,67%
Taras e Vasilhame	46 589,19	0,07%	46 589,19	0,07%	47 937,27	0,07%
Outras Imobilizações Corpóreas	274 635,97	0,44%	340 510,35	0,53%	415 596,51	0,63%
Imobilizações em Curso	2 899 147,85	4,65%	377 612,72	0,59%	922 494,27	1,40%
Investimentos Financeiros	1 674 315,75	2,69%	1 803 478,14	2,81%	2 056 046,51	3,13%
Partes de Capital	1 098 083,67	1,76%	1 227 246,06	1,91%	1 479 814,43	2,25%
Obrigações e títulos de participação	576 232,08	0,93%	576 232,08	0,90%	576 232,08	0,88%
Total Geral	62 282 796,88	100,00%	64 153 040,56	100,00%	65 747 912,23	100,00%

Valor do Imobilizado bruto

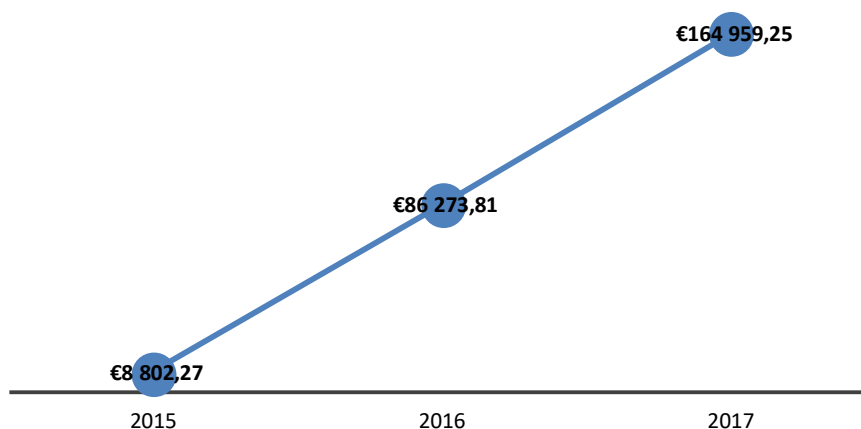


Na estrutura do imobilizado verificou-se um aumento do total do mesmo desde o ano de 2015. Tal como em anos anteriores, os bens de domínio público continuam a evidenciar um peso significativo na estrutura do imobilizado (66,72%), seguido pelo imobilizado corpóreo.

Evolução da dívida de terceiros

Dívidas de terceiros			
Descrição	2015	2016	2017
Empréstimos concedidos	2 000,00	2 000,00	2 000,00
Clientes C/C	3 541,93	5 906,72	11 357,91
Contribuintes C/C		67 169,30	67 189,83
Utentes C/C	0,00	0,00	20 540,17
Estado e outros entes públicos	0,00		51 687,87
Outros devedores	3 260,34	11 197,79	12 183,47
Total	8 802,27	86 273,81	164 959,25

Dívidas de terceiros

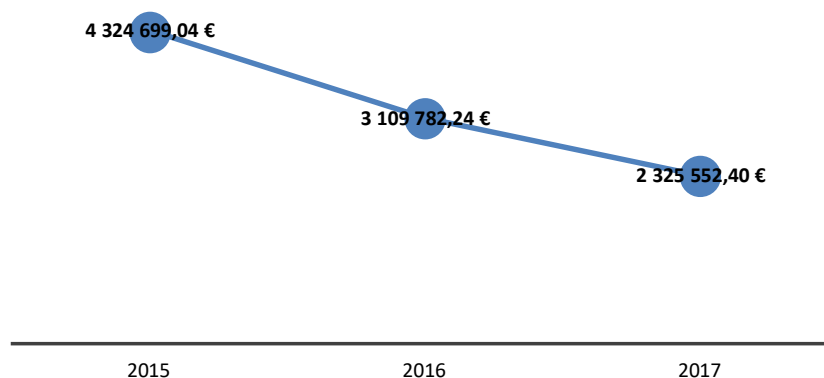


No ano de 2017 verificou-se um aumento nas dívidas de terceiros devido à inclusão de 51.442,87 € de IVA a recuperar referente aos exercícios de 2015 e 2017 e a um maior rigor na emissão de faturas e o seu adequado registo contabilístico. Salienta-se que em 2017 existe uma provisão para cobrança duvidosa no valor de 27.525,61 €.

Evolução da dívida a terceiros

Dívida a terceiros			
Descrição	2015	2016	2017
Dividas a instituições de crédito	3 356 441,48	2 605 153,18	1 853 864,88
Fornecedores CC	82 246,70	10 198,96	3 064,04
Clientes e utentes c/ cauções	10 005,67	10 005,67	10 005,67
Fornecedores de imobilizado C/C	264 939,47	1 081,84	4 329,08
Estado e outros entes publicos	60 072,28	65 226,17	75 693,41
Administração autárquica	7 506,62	0,00	0,00
Outros credores	518 153,18	418 037,52	378 501,29
Operações de tesouraria	74,95	78,90	94,03
Fornecedores de Imobilizado-Leasing	25 258,69	0,00	0,00
Total	4 324 699,04	3 109 782,24	2 325 552,40

Dívida a terceiros



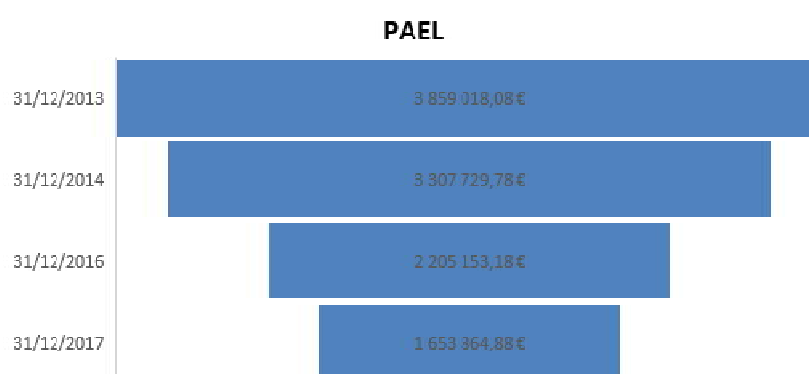
As dívidas a terceiros sofreram uma diminuição significativa no ano de 2017, essencialmente devido ao cumprimento das obrigações no que diz respeito aos empréstimos contraídos.

Empréstimos

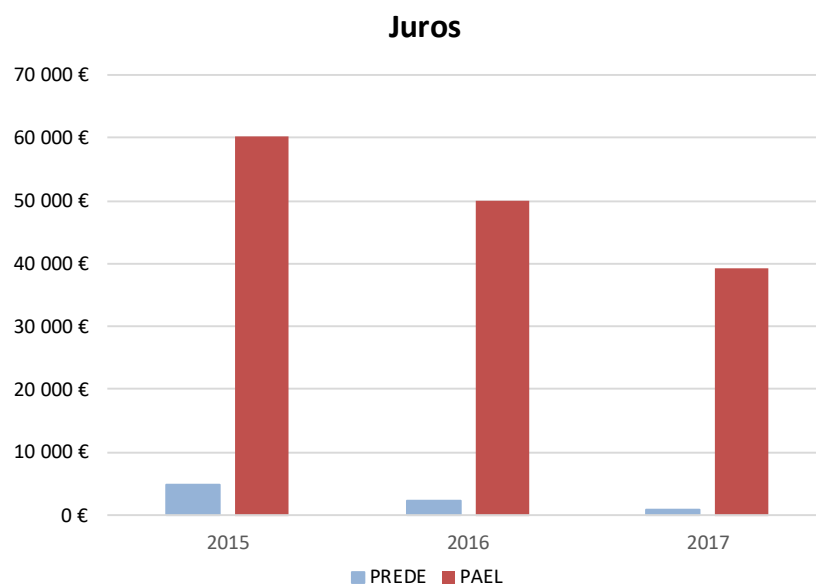
Nos últimos 3 anos o Município não recorreu a contratualização de empréstimos de curto prazo.

Em 2017 o Município tinha contratualizado com instituições de crédito dois empréstimos: PREDE (2009) e PAEL (2013).

O capital em dívida do empréstimo do PREDE e PAEL tem apresentado a seguinte evolução:



Os juros pagos nos anos de 2015, 2016 e 2017 são os que constam no gráfico seguinte e apresentam um decréscimo ao longo dos três anos devido à redução do capital em dívida e à diminuição da taxa de juro do PREDE.



Equilíbrio orçamental

O artigo 40.º do RFALEI estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de medio e longo prazo.

	(em €)		
	2015	2016	2017
Receitas Correntes Cob. Bruta	8 753 800,03	8 938 899,51	8 973 861,74
Despesas Correntes pagas	6 446 846,88	7 287 646,95	7 578 008,21
Poupança Corrente	2 306 953,15	-2 781 322,72	1 395 853,53
Receitas de Capital Cob. Bruta	1 008 334,91	1 069 713,42	1 102 683,94
Despesas de Capital	2 464 416,12	2 450 206,71	2 624 171,32
Saldo de Capital	-1 456 081,21	2 671 118,76	-1 521 487,38
Saldo da Gerência Anterior	1 532 434,06	2 388 080,09	2 662 817,67
Receitas Totais Cob. Brutas	9 766 909,03	10 012 591,24	10 076 634,24
Despesas Totais	8 911 263,00	9 737 853,66	10 202 179,53
Saldo para a Gerência Seguinte	2 388 080,09	2 662 817,67	2 537 272,38

O artigo 83.º do RFALEI estabelece que no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da Lei (1 de janeiro de 2014) considera-se como definição de amortizações médias de empréstimos, o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor do RFALEI pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

No final do ano de 2017 as amortizações médias são no valor de 649.043,93 €, conforme explicitado na tabela seguinte.

(em €)						
Empréstimo	Data visto TdC	Prazo do Contrato	Capital utilizado	Dívida a 01-01-2014	Amortização média	Dívida a 31-12-2017
PREDE	21/05/2009	10 anos	1 000 000,00	1 000 000,00	166 666,67	200 000,00
PAEL	29/01/2013	8 anos	4 323 830,17	3 859 018,08	482 377,26	1 653 864,88
TOTAIS			5 323 830,17	4 859 018,08	649 043,93	1 853 864,88

	(em €)		
	2015	2016	2017
Receitas Correntes Cob. Bruta	8 753 800	8 938 900	8 973 862
Despesas Correntes pagas	6 446 847	7 287 647	7 578 008
Amortizações médias	649 044	649 044	649 044
Equilíbrio orçamental	Sim	Sim	Sim

Como se verifica, no exercício de 2017 a receita corrente cobrada bruta, no valor de 8.973.861,74 €, foi superior à despesa corrente paga, no valor de 7.578.008,21 € acrescida do valor das amortizações médias, no valor de 649.043,93 € pelo que o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental prevista no RFALEI.

Limites da dívida

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) o limite da dívida total é apurado do seguinte modo:

“A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

De acordo com os dados divulgados pela DGAL, o limite da dívida total do Município (em EUR) para 2017 é de 13.139.949 € e resulta do seguinte cálculo:

(em €)

Receita corrente líquida				Limite da Dívida Total
2014	2015	2016	Média	2017
8 591 893	8 752 011	8 935 994	8 759 966	13 139 949

O n.º 2 do artigo 52.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) define que a dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, bem como, todos os restantes valores decorrentes de operações orçamentais.

A tabela seguinte resume o apuramento da dívida do Município da Chamusca:

(em €)

Dívida do Município	31/12/2016	31/12/2017
Total exigível curto, médio e longo prazo	3 109 782,24	2 325 552,40
Dívida de operações de tesouraria	52 057,05	93 229,90
Dívida de operações orçamentais (3=1-2)	3 057 725,19	2 232 322,50
Dívida ao FAM	411 594,08	329 275,08
Total da Dívida (5=3-4)	2 646 131,11	1 903 047,42

5.3. Indicadores e rácios financeiros

LIQUIDEZ GERAL

Este rácio mede a capacidade de a entidade solver, com os seus ativos que se espera possam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo.

Trata-se de uma apreciação de ordem geral, com interesse essencialmente comparativo, em termos evolutivos, pois não é credível que uma entidade possa transformar em dinheiro todo o seu ativo para pagar as suas dívidas.

O aumento do grau de liquidez, quando derivado de alguns fatores (aumento das existências e aumento do crédito sobre clientes) pode fornecer informações divergentes das que se pretendem com os indicadores de liquidez, uma vez que estes factos limitam a capacidade de pagamento das responsabilidades.

Este rácio, em sentido lato (todo o ativo e todo o passivo) equivale, eventualmente, à avaliação de uma entidade na perspetiva da sua liquidação (extinção) – se conseguir alienar todos os seus ativos pelos valores líquidos contabilísticos, pagará, com esse valor, as suas responsabilidades, restando o valor dos capitais próprios, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Liquidez Geral	2015	2016	2017
<u>Ativo circulante</u>	<u>2 808 195,55</u>	<u>3 102 777,53</u>	<u>3 010 867,26</u>
Passivo de CP	968 257,56 290,03%	504 629,06 614,86%	976 019,74 308,48%

Verificou-se um decréscimo neste rácio no ano de 2017 para o qual contribuiu a diminuição das disponibilidades e simultaneamente o aumento do passivo de curto prazo. O passivo de curto prazo apresentou um acréscimo no ano de 2017 comparativamente ao ano de 2016 devido à divisão dos empréstimos e capital do FAM entre curto e médio/longo prazo.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Neste rácio, são excluídas do numerador, para além das existências, as dívidas de terceiros, deixando disponível (caixa, depósitos bancários e títulos negociáveis) para comparação com o passivo de curto prazo. Teoricamente, dá-se como valor satisfatório o quociente 1, ou superior.

Porém, um rácio elevado pode significar, em determinado momento, ou o benefício da concessão de prazos alargados de pagamento por parte dos credores, ou alguma “ociosidade” da tesouraria, em forma de gestão não adequada.

É evidente que, em certas entidades, com situações de tesouraria extremamente “saudáveis”, é comprovada a fiabilidade deste rácio.

Liquidez imediata	2015	2016	2017
<u>Disponibilidades</u>	<u>2 438 022,47</u>	<u>2 714 874,72</u>	<u>2 630 257,28</u>
<u>Passivo de CP</u>	<u>968 257,56</u>	<u>504 629,06</u>	<u>976 019,74</u>
	251,79%	537,99%	269,49%

Devido à diminuição das disponibilidades no ano de 2017 e ao aumento do passivo CP o rácio tem tendência a diminuir. O passivo de curto prazo apresentou um acréscimo no ano de 2017 comparativamente ao ano de 2016 devido à divisão dos empréstimos e capital do FAM entre curto e médio/longo prazo.

ENDIVIDAMENTO

Evidencia a parte do capital alheio utilizada no financiamento das atividades da entidade. Esta análise deverá ser sistemática e sucessiva, por forma a verificar se o quociente baixo ou se, pelo contrário, se agrava.

Endividamento	2015	2016	2017
<u>Passivo</u>	<u>11 150 049,24</u>	<u>9 753 446,58</u>	<u>8 582 098,04</u>
<u>Ativo</u>	<u>39 527 037,02</u>	<u>39 484 936,51</u>	<u>38 768 781,57</u>
	28,21%	24,70%	22,14%

Ao longo destes períodos em análise constatamos um decréscimo no endividamento do Município. Podemos afirmar que o Município depende cada vez menos de capitais alheios, revelando o esforço financeiro que se traduziu na recuperação financeira registada nos últimos anos.

SOLVABILIDADE

Na ótica dos financiadores, um rácio elevado significa estabilidade financeira, logo, a confiança, enquanto um rácio de valor reduzido denuncia fragilidade e vulnerabilidade, logo, elevado risco.

Solvabilidade	2015	2016	2017
<u>Capitais próprios</u>	<u>28 376 987,78</u>	<u>29 731 489,93</u>	<u>30 186 683,53</u>
<u>Passivo</u>	<u>11 150 049,24</u>	<u>9 753 446,58</u>	<u>8 582 098,04</u>
	254,50%	304,83%	351,74%

No ano de 2017, apesar da diminuição do passivo, os capitais próprios impulsionaram a obtenção deste rácio. Consta-se assim uma melhoria significativa da capacidade para cumprir os compromissos inerentes às responsabilidades.

AUTONOMIA FINANCEIRA

Trata-se, de um rácio bastante usado na análise financeira e tem bastante significado histórico na vida de uma entidade. Através dele se vê o grau de financiamento do ativo da entidade efetuado com capitais (fundos) próprios.

A avaliação do risco é feita, normalmente, em duas vertentes:

- Em caso de liquidação (extinção), a probabilidade de a entidade, com os seus ativos, cumprir com as responsabilidades inerentes ao financiamento e ao restante passivo, e, consequentemente;
- A partilha do risco entre a entidade e o financiador.

Autonomia financeira	2015	2016	2017
<u>Capitais próprios</u>	<u>28 376 987,78</u>	<u>29 731 489,93</u>	<u>30 186 683,53</u>
Ativo	39 527 037,02 71,79%	39 484 936,51 75,30%	38 768 781,57 77,86%

Conclui-se que autonomia financeira do Município cresceu de 2016 para 2017, influenciada pelo aumento dos capitais próprios.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

É um indicador de risco, na ótica dos financiadores, e, simultaneamente, de gestão, permitindo que a entidade avalie quais as possibilidades de recorrer, e conseguir, crédito para cumprir os seus objetivos estratégicos.

Capac. endividamento	2015	2016	2017
<u>Capitais próprios</u>	<u>28 376 987,78</u>	<u>29 731 489,93</u>	<u>30 186 683,53</u>
Capitais permanentes	31 733 429,26 89,42%	32 336 643,11 91,94%	31 618 535,19 95,47%

O aumento da capacidade de endividamento em cerca de 3,50% deve-se ao aumento dos capitais próprios. Pode assim, o órgão de gestão avaliar os seus objetivos estratégicos com maior nível de confiança e certeza.

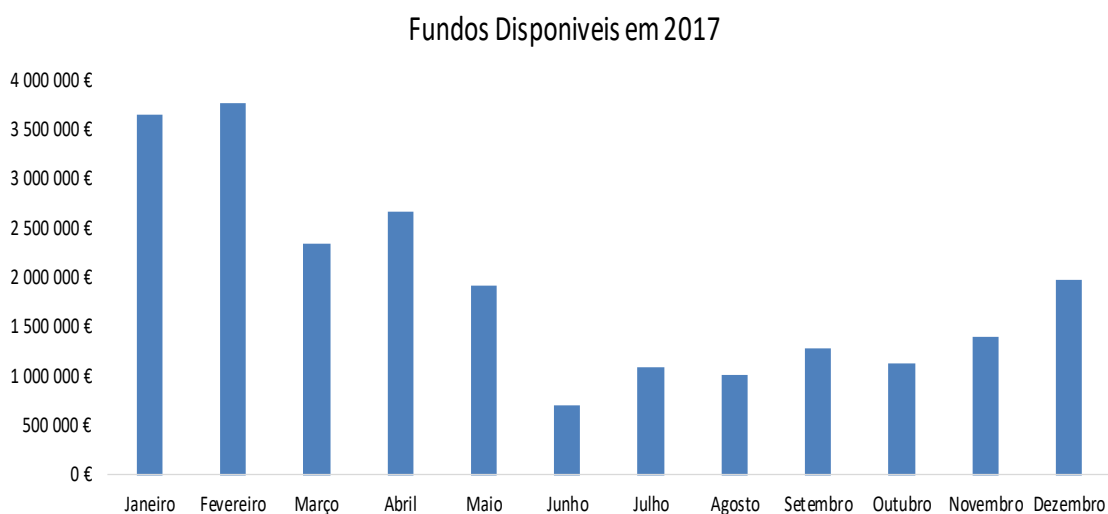
COBERTURA DO IMOBILIZADO

Mostra o grau de cobertura que os capitais permanentes têm sobre as imobilizações.

Convém que o valor seja o mais perto possível da unidade, pois, só assim poderá tentar-se que a exigibilidade dos pagamentos dos passivos de médio e longo prazo se verifique à velocidade do retorno do investimento efetuado.

Cobertura imobilizado	2015	2016	2017
<u>Capitais permanentes</u>	<u>31 733 429,26</u>	<u>32 336 643,11</u>	<u>31 618 535,19</u>
<u>Imobilizado liq.</u>	<u>36 718 841,47</u>	<u>36 382 158,98</u>	<u>35 581 371,33</u>
	86,42%	88,88%	88,86%

6. FUNDOS DISPONÍVEIS



Ao longo do ano de 2017, o Município da Chamusca respeitou na íntegra a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), não tendo comprometido qualquer valor com fundos disponíveis negativos.

A média anual de fundos disponíveis foi de 1.914.323,36€.

7. PAGAMENTOS EM ATRASO

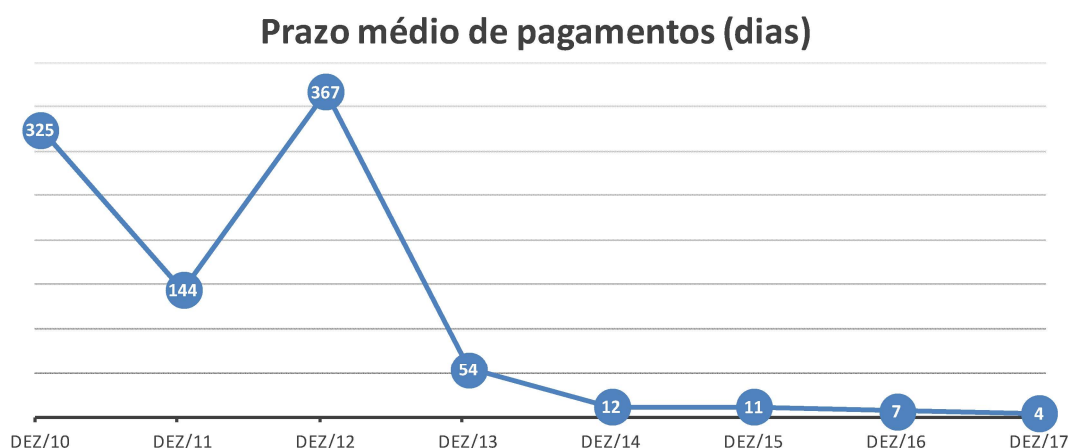
O Município não tem pagamentos em atraso a 31/12/2017.

8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

O prazo médio de pagamentos calculado pela DGAL resulta da aplicação da fórmula constante do n.º 6 da Resolução de Conselho de Ministros, n.º 34/2008, publicada no DR n.º 38, 1ª série, de 22 de fevereiro, atualizado pelo Despacho Normativo n.º 9870/2009 de 13 de abril, que alterou a fórmula de cálculo do PMP, que passou a ser a seguinte:

$$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^t DF}{4}}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, isto é o cálculo para o trimestre traduz-se na relação do valor médio trimestral da dívida de curto prazo a fornecedores (DF) e soma das aquisições de bens e serviços nos últimos quatro trimestres (A).



9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FAM

O FAM foi inicialmente previsto no RFALEI, vindo posteriormente a ser regulamentado através da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto. Esta Lei prevê a criação de um Fundo, constituído por um capital social de 650 milhões de euros, repartido entre o Estado (50%) e os municípios.

A realização do capital social do FAM tem vindo a ser efetuada, desde junho de 2015. Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de 417.857.175 €.

Face a esta alteração é necessário efetuar o ajustamento do valor da participação no capital social do FAM de 576.232,08 € para 370.435,50 €, o que implica alterações dos registos efetuados pelos municípios, quer na sua contabilidade orçamental (compromissos de anos futuros), quer na contabilidade financeira (contas a pagar).

O Secretariado Técnico da CNC esclareceu que *“em virtude do ano de 2017 já estar orçamentalmente fechado e por forma a não divergirem dos registos no subsistema da contabilidade financeira, entende-se que os ajustamentos acima referidos deverão ocorrer e ter reflexo nas contas dos municípios apenas em 2018. Devendo, no entanto, os municípios proceder à divulgação desta situação nos documentos de prestação de contas de 2017.”*

Processos judiciais

Estão em curso os processos judiciais a seguir indicados, mas à data não é expectável que originem encargos para o Município da Chamusca.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA (Processos a aguardar regularização através da revisão do PDM)

- **N/ Processo n.º 4/96:** Sr. Isidro Vacas (respeita à largura dos lotes inferior a 20m e frente livre destes, de menos de 5m, e inexistência de zonas verdes e estacionamento públicos);
- **N/ Processo n.º 1/98:** Luís Carlos Falcão (respeita à previsão de edifícios plurifamiliares com mais de 2 pisos, onde apenas são permitidas moradias);
- **N/ Processo n.º 8/99:** Octo Imobiliário (devido a inclusão de parte dos lotes em REN).

PROCESSOS DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE – loteamentos:

- **Ação Executiva Especial n.º 560/06.2 BELRA: N/ Processo 6/2000:** (Alvará n.º 2/2001 – Adriser, construções Lda - pelo facto de a ocupação do lote n.º 1 ser superior a 60%): Pelo TAF de Leiria foi reconhecida a consolidação da situação de facto que decorreu da deliberação da Câmara Municipal declarada nula. Município condenado ao pagamento das custas.
- **Processo n.º 559/06.9 BELRA (N/ Processo 10/99):** alvará 3/2000: Alda Dórdio (índices de 40%, e insuficiência de área de estacionamento proposta – PP): Foi interposta ação executiva na sentença do trânsito em julgado que declarou nula a deliberação de aprovação do loteamento. Foi deduzida oposição à execução.
- **Processo n.º 558/06.0 BELRA (N/ Processo 3/2000):** alvará 7/2000: Alda Dórdio (índices de 40% - PP): Tendo sido verificada a existência de acordo prévio da totalidade dos proprietários dos terrenos a lotear veio o TAF de Leiria julgar a ação totalmente improcedente, e em consequência absolver o Réu, Município da Chamusca, do pedido formulado pelo autor, Ministério Público.

TAF – BELRA:

- **Processo n.º 366/11.7 BELRA:** Ana Paula Nicolau, processo de execução de sentença de anulação de atos administrativos – SIADAP: Este processo teve sentença em 31.05.2017, julgando extinta a instância por inutilidade superveniente da lide, por ter sido dado cumprimento integral à sentença (homologação de nota pelo CCA).
- **Processo n.º 597/16.3 BELRA:** Isabel Nicolau de Lima, ação administrativa, processo declarativo sob a forma de ação administrativa destinada à condenação à prática de ato administrativo devido – abono para falhas: Foi apresentada contestação pelo Município da Chamusca, e aguardamos sentença. O Dr. Paulo foi notificado para apresentar processo administrativo.

MINISTÉRIO PÚBLICO:

- **Processo n.º 55/16.6 GAGLG:** neste caso o Município é ofendido. Arguido Vicente José Pratas Joaquim, arguido, cometeu crime de dano ao cortar redes de baliza no Largo dos Bombeiros Voluntários Chamusquenses: Processo findo. O arguido foi condenado pelo crime de dano, bem como no pagamento do pedido de indemnização cível deduzido pelo Município da Chamusca, que se constituiu assistente. O arguido foi condenado ao pagamento de 50,00€ (valor das redes). O arguido não dispõe de meios nem de património para ressarcir o Município.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL:

- **Processo n.º 1319/13.6 BELRA-D – Execução de sentença / Processo 40 horas: STAL:** Foi deduzida oposição ao processo executivo. Aguardamos decisão.

10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No âmbito do encerramento de contas é apurado o resultado líquido do exercício, cuja aplicação deverá ser proposta pelo órgão executivo, ao órgão deliberativo, para efeitos de aprovação.

O resultado do exercício no valor de 114.010,28 € deve ser transferido para Resultados Transitados, que no final do exercício de 2017 apresentava um saldo negativo de 340.510,96 €.

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando se verificar saldo positivo na conta 59 «Resultados Transitados», o que ainda não se verifica, o seu montante pode ser repartido de seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

O ponto 2.7.3.4 refere que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido.

O ponto 2.7.3.5 refere que, sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas Legais» no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, para cumprimento da norma legal, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017 no valor de 114.010,28 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

11. CONCLUSÃO

No ano de 2017 o Município esforçou-se por um rigor financeiro e orçamental nas suas contas, aumentando a confiança dos seus fornecedores e colaboradores.

O Município aumentou a sua despesa face ao ano anterior, quer em despesa corrente quer de capital, o que se reflete nas disponibilidades.

Apesar das condicionantes existentes no ano de 2017, o executivo continuou focado em diversas áreas, apostando nos serviços virados para os seus munícipes tais como:

Serviços administrativos: Simplificação de processos e requalificação dos espaços de atendimento para a comodidade e celeridade no atendimento ao munícipe;

Educação: na conservação e requalificação de infraestruturas escolares do concelho, atribuição de manuais escolares até ao 12º ano, atribuição de bolsa escolares, entre outras;

Ação social: projeto 10 Mil Vidas com distribuição de aparelhos às IPSS's do concelho para acompanhamento dos idosos, requalificação de habitações municipais, entre outros;

Cultura e desporto: Apoio financeiro e logístico às associações do concelho. Programação e divulgação das artes e tradições do concelho, nomeadamente nas áreas da tauromaquia, do fado, da etnografia e das artes enquanto elementos de promoção do concelho;

Promoção de modos de vida saudável, apoio a atletas em competições nacionais e internacionais, bem como, incentivo às crianças do concelho para a prática desportiva com várias ações;

Saúde: apoio no projeto para a construção do novo centro de saúde da Chamusca;

Juntas de Freguesia: Celebração de acordos de execução e contratos interadministrativos, numa perspetiva de proximidade e agilização de pequenas obras da competência do Município, assim como de ações para a promoção da cidadania, campos de férias para crianças e universidades seniores;

Na execução orçamental de 2017, foram tidas em linha de conta a gestão financeira do Município, com a prioridade do pagamento a fornecedores, cumprindo os compromissos de aquisição de bens e serviços, com o pressuposto dos projetos para anos seguintes, nomeadamente a reabilitação e ampliação do centro escolar da Chamusca, a reabilitação do Mercado Municipal, reabilitação do antigo Centro Regional de Artesanato, novo Centro de Artes, reabilitação de estradas municipais, regeneração urbana, a persecução dos projetos municipais e intermunicipais dentro da contratualização da Comunidade Intermunicipal para eficiência energética e património cultural e natural. A gestão foi feita de forma a minimizar o recurso a empréstimos financeiros e a cumprir os contratos de PAEL e PREDE.

Neste sentido, e face aos projetos considerados, propõe-se a transferência de saldo de gerência para o exercício seguinte no valor de 2.537.272,38 €.